



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

LEONEL SANTIAGO DE ABRANTES

A presença de Cristo no presbítero
Uma leitura teológico-litúrgica de algumas homilias do
Papa Bento XVI

Dissertação Final
sob orientação de:
Doutor Nuno Brás da Silva Martins

Lisboa
2013

Siglas e Abreviaturas

- AAS = Acta Apostolicæ Sedis.
- APSG = RATZINGER, JOSEPH, *Annunciatori della Parola e Servitori della vostra Gioia*, in *Opera Omnia*, 12, Vaticano, Libreria Editrice Vaticana, 2013.
- CatIC = *Catecismo da Igreja Católica*.
- DZ = DENZINGER, HEINRICH - HÜNERMANN, *El Magisterio de la Iglesia, Enchiridion Symbolorum Definitionum et Declarationum de Rebus Fidei et Morum*, Herder, [2000]².
- HMCS = BENTO XVI, *Homilia da Missa da Ceia do Senhor...*
- HMC = BENTO XVI, *Homilia da Missa Crismal...*
- HMO = BENTO XVI, *Homilia da Missa de Ordenações...*
- JN = BENTO XVI/JOSEPH RATZINGER, *Jesus de Nazaré*, A Esfera dos Livros, [Novembro de 2007]².
- JN II = BENTO XVI/JOSEPH RATZINGER, *Jesus de Nazaré. Da entrada em Jerusalém até à Ressurreição*, [Cascais], Princípia, [Fevereiro de 2011].
- LG = CONCÍLIO VATICANO II, *Constitutio Dogmatica Lumen Gentium de Ecclesia*, AAS, 57 (1965), pp. 5-71.
- OBPD = PONTIFICAL ROMANO, *Ordenação do Bispo, dos Presbíteros e Diáconos*, Segunda Edição Típica, Gráfica de Coimbra, [1992].
- OT = CONCÍLIO VATICANO II, *Decretum Optatum Totius de Institutione Sacerdotali*, AAS, 58 (1966), pp. 713-727.
- PDV = JOÃO PAULO II, *Adhortatio Apostolica Postsynodalis Pastores Dabo Vobis*, AAS 84 (1992), pp. 657-804.

- *PO* = CONCÍLIO VATICANO II, *Decretum Presbyterorum Ordinis de Presbyterorum Ministerio et Vita*, AAS, 58 (1966), pp. 991-1024.
- *SC* = CONCÍLIO VATICANO II, *Constitutio de Sacra Liturgia Sacrosanctum Concilium*, AAS, 56 (1964), pp 97-138.
- *Sum* = AQUINO, TOMÁS DE, *Suma de Teología*, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 2001⁴.

Introdução

Durante os últimos tempos, temos visto que o Sacerdócio, tal como é proposto e vivido pela Igreja Católica, tem sido questionado, pelas mais diversas razões.

A ideia deste trabalho de final de curso, é fazer uma reflexão acerca da presença de Cristo no Presbítero, se e como essa presença se dá. Para tal, usaremos como chave de leitura e de referência o pensamento de Bento XVI.

Escolhemos Bento XVI, pois no seu pensamento, e enquanto Papa, podemos encontrar, com certeza e segurança, pistas sólidas que nos ajudem a ter uma correcta compreensão do tema que nos propomos estudar.

Começaremos por apresentar a leitura que o Santo Padre faz de Jo 17. Bento XVI refere-se a este texto de Jo 17 em várias das suas homilias, sendo que a sua reflexão sobre este capítulo do IV Evangelho se encontra de forma concisa e estruturada no seu livro *Jesus de Nazaré - da entrada em Jerusalém até à Ressurreição*. Num segundo momento, entraremos propriamente no nosso tema, deixando-nos guiar pelas diferentes interpretações e interpelações realizadas pelo Santo Padre, procurando o seu fundamento teológico. Em particular iremos estudar a dimensão do chamamento ao presbiterado, os vários momentos do rito da ordenação e o significado por ele conferido à expressão *In Persona Christi*.

Este tema reveste-se de uma importância particular nestes tempos em que o sacerdócio ministerial tem sido tão questionado. Perceber a presença de Cristo no presbítero e a sua configuração, ajuda-nos a entender a forma como a Igreja percebe e coloca em prática o ministério presbiteral.

No segundo capítulo procuraremos estudar como o Sacerdócio de Cristo configura o sacerdócio presbiteral. Cristo é o único e verdadeiro Sacerdote da Nova Aliança. O presbítero, é inserido nesse mesmo sacerdócio e passa a participar do mesmo.

Essa inserção acontece de forma sacramental com a Ordenação presbiteral. Por isso mesmo, procuraremos conhecer o ritual da Ordenação para, a partir dele, perceber como aquele configura o presbítero a Cristo, e a partir desse momento Ele se torna presente no presbítero.

Essa presença, dá-se de forma sacramental, de tal forma que o presbítero age *in persona Christi*. Assim, no terceiro capítulo, debruçar-nos-emos sobre o significado teológico desta expressão, procurando também as consequências dessa realidade na vida do presbítero.

1 A leitura de Jo 17 por Bento XVI

Escolhemos este texto de Jo 17, pois consideramos que, para se conhecer o sacerdócio ministerial, não podemos passar ao lado das fontes bíblicas. Usualmente, para se reflectir sobre o sacerdócio de Cristo, do qual brota o sacerdócio ministerial, toma-se como grande fonte a Carta aos Hebreus. Contudo esse não é o único texto do Novo Testamento acerca do sacerdócio de Cristo. O capítulo 17 do Evangelho de S. João é «precisamente chamado a oração sacerdotal de Jesus»¹ e tem uma linguagem e enquadramento sacerdotais, sendo, por isso mesmo, importante a sua reflexão². Reveste-se ainda de uma importância maior, se considerarmos que, na *Carta aos Hebreus*, Cristo é considerado o único Sacerdote, mas não se refere à possibilidade de alguns homens poderem participar desse sacerdócio, ao passo que neste capítulo 17 do Evangelho de S. João, Jesus faz os seus discípulos participar da sua dupla consagração enquanto sacerdote e vítima³. Assim, consideramos que a reflexão de Bento XVI é pertinente e merece ser abordada, precisamente porque apresenta uma perspectiva diferente da que normalmente se segue na reflexão acerca do sacerdócio.

Bento XVI refere-se ao texto de Jo 17 em três homilias: na homilia da Missa Crismal de Quinta-feira Santa de 2009, na homilia da Missa da Ceia do Senhor de Quinta Feira Santa de 2010, e na homilia da Missa da Ceia do Senhor de Quinta Feira Santa de 2011. Contudo, essa reflexão encontra-se mais extensa e aprofundada no segundo volume da sua

¹FEUILLET, A., *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres. D'après la prière sacerdotale du quatrième évangile et plusieurs données parallèles du Nouveau Testament*, Paris, Editions de Paris, [1972], p. 8.

²Cf FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, pp. 7-8.

³Cf. FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 101.

obra *Jesus de Nazaré - da entrada em Jerusalém até à Ressurreição*⁴. Por isso mesmo, para a nossa reflexão, guiar-nos-emos principalmente por esta obra.

Procuramos então, conhecer melhor o sacerdócio ministerial e a sua fundamentação bíblica, através da leitura que Bento XVI faz do texto de Jo 17 - a *Oração Sacerdotal de Jesus*. Não se pretende fazer um trabalho de exegese crítica do texto, nem dirimir a questão sobre se se deve ou não chamar a este texto *Oração Sacerdotal*. É como *Oração Sacerdotal*⁵ que Bento XVI vê este texto⁶, e é desse prisma que também o tratamos.

Para se perceber o enquadramento da *Oração Sacerdotal de Jesus*, Bento XVI afirma que é necessário ter como «cenário de fundo a liturgia da Festa judaica da Expição (*Yom Kippur*)»⁷, tendo encontrado «a chave para a compreensão deste grande texto no livro de Feuillet»⁸.

Na sua obra sobre o sacerdócio de Cristo e dos seus ministros, A. Feuillet afirma que «Cristo trouxe um novo culto à humanidade» e «a esse culto novo deve corresponder um sacerdócio, também ele novo [...] em ligação e descontinuidade com aquele da economia veterotestamentária»⁹. Nesta oração, vemos Jesus Cristo, que «é conjuntamente sacerdote

⁴*JN II*, pp 71-90.

⁵Já Cirilo de Alexandria realçava o seu carácter sacerdotal (cf. *JN II*, p. 71). Contudo foi «o teólogo luterano David Chytraeus (1530 -1600) [que] cunhou a expressão “oração sacerdotal”» (*JN II*, 71; cf. A. FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 19 e p. 35 nota 19), e a partir dessa época, é assim que este texto passa, normalmente, a ser referido (cf. FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 19).

David Chytraeus foi um proeminente teólogo Luterano, nascido em Ingelfingen a 26 de Fevereiro de 1530. Estudou em Tubinga e mudou-se para Wittenberg como professor, onde se tornou o pupilo preferido de Melancton. Mais tarde foi professor na Universidade de Rostock, e um dos teólogos luteranos que redigiu a *Fórmula da Concórdia* em 1576 (cf. BOMBERGER, JOHN HENRY AUGUSTUS, ED, *The Protestant Theological and Ecclesiastical Encyclopedia. Being a Condensed Translation of Herzog's Real Encyclopedia*, I, Philadelphia, Lindsay & Blakiston, 1860, p. 714).

⁶Cf. *JN II*, p. 71.

⁷*JN II*, p. 72. Esta mesma ideia, podemos encontrá-la em Santa Teresa Benedita da Cruz (Edith Stein), que considera que «esta solitária conversa com Deus tinha uma prefiguração na Antiga Aliança. Uma vez ao ano, no dia da Reconciliação, entrava o Sumo Sacerdote no Santo dos Santos, na presença do Senhor, “para orar por si mesmo, pela sua casa e por todo o povo de Israel” (Lev 16, 17)». STEIN, EDITH, *Escritos Espirituales*, FERMÍN, FRANCISCO JAVIER SANCHO (ed.), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2010, p. 13.

⁸*JN II*, p. 72. A obra que Bento XVI refere é: FEUILLET, A., *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres. D'après la prière sacerdotale du quatrième évangile et plusieurs données parallèles du Nouveau Testament*, Paris, Editions de Paris, [1972].

⁹FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 5.

e vítima»¹⁰, «tornar os seus apóstolos participantes na sua dupla consagração sacerdotal e de vítima»¹¹.

1.1 A Festa judaica da Expição como cenário de fundo da Oração Sacerdotal

Para percebermos a reflexão do Papa Bento XVI é importante conhecermos a Festa judaica da Expição. Assim, antes de analisarmos a Oração Sacerdotal propriamente dita, analisamos esta Festa tão importante para o povo do Antigo Testamento.

1.1.1 O Dia da Expição

O ritual do Dia da Expição, que se celebra «no décimo dia [do] sétimo mês, que é o dia do perdão» (Lv 23, 27), encontra-se descrito «em *Levítico* 16 e 23, 26-32»¹².

Segundo John Hartley, a descrição de Lv 16, não seria suficiente para o Sumo Sacerdote poder realizar o ritual do Dia da Expição devidamente, pois há aspectos importantes do rito, de natureza litúrgica, que estão ausentes do texto. Esta descrição seria mais para o povo poder perceber o que se passa neste ritual tão importante. Para o Sumo Sacerdote, deveria haver outra descrição, muito mais pormenorizada¹³.

O relato do Dia da Expição de Lv 16, encontra-se no centro do Livro do Levítico, e «o Livro do Levítico é o centro do Pentateuco»¹⁴. Percebe-se que esta festa tem uma importância particular para o Povo Judeu, como veremos mais adiante.

A origem concreta do ritual do Dia da Expição não é consensual. Alguns autores consideram tratar-se da junção de duas festas ou rituais distintos, enquanto outros consideram tratar-se de um só ritual composto por duas partes¹⁵. Contudo, acerca da origem no tempo,

¹⁰JN II, p. 75.

¹¹FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 8.

¹²JN II, p. 72.

¹³Cf. HARTLEY, JOHN E., *Word Biblical Commentary, Leviticus*, 4, Nashville - Dallas - Mexico City - Rio de Janeiro - Beijing [1992], p. 225

¹⁴HARTLEY, *Leviticus*, p. 217.

¹⁵Cf. SAYDON, P.P., «*Leviticus*», in ORCHARD, BERNARD - STUCLIFFE, EDMUND F. - FULLER, REGINALD C. - RUSSEL, RALPH, *A Catholic Comentary on Holy Scripture*, London - Edinburgh - Paris - Johannesburg - Toronto - New York, Thomas Nelson and Sons Ltd, 1960, p. 238.

os autores actualmente parecem inclinar-se para considerar que a origem do ritual desta festa (ou conjunto de ritos que se uniram num só) é antiga, tendo evoluído ao longo da história, acabando, segundo J. Hartley, por ganhar mais preponderância e a sua forma final «no período do segundo templo, pois a sua observância deu a Israel, que passou pelo exílio devido aos seus pecados, confiança de que estes pecados estavam expiados e que Israel era aceite por Deus»¹⁶.

O termo *expição* traduz o termo hebraico כִּפֶּר (*kipper*). Stanislas Lyonnet define o seu significado da seguinte forma:

Para todos os antigos, e tal é o sentido do verbo *expiar*, tanto na vulgata como na liturgia, quem diz expiar diz essencialmente «purificar», ou mais exactamente tornar um objecto, um lugar, uma pessoa «agradável aos deuses, depois de ter sido desagradável» (Lachelier). Toda a expiação supõe, pois, a existência de um pecado e tem por efeito destruí-lo. Como este pecado não se concebe à maneira de uma sociedade material, que o homem seria capaz de fazer desaparecer, antes se identifica com a própria rebelião do homem contra Deus, a expiação apaga o pecado, reunindo de novo o homem com Deus, «consagrando-se-lhe» segundo o sentido da aspersion do sangue¹⁷.

O Dia da Expição manteve-se na vida religiosa de Israel, mesmo depois da destruição do Templo, acabando por adquirir uma importância ainda maior no judaísmo¹⁸.

Bento XVI afirma, que «a finalidade do grande Dia da Expição é restituir a Israel, depois das transgressões de um ano, a sua qualidade de “povo” santo, reconduzi-lo novamente ao seu destino de ser o povo de Deus no meio de mundo»¹⁹. É um dia «de jejum, dia penitencial em que o povo esperava obter o favor de Deus»²⁰.

É no contexto da festa do Dia da Expição, que Bento XVI, seguindo o pensamento de A. Feuillet, encontra o sentido da *Oração Sacerdotal* do Evangelho de João. «Naquele dia, o Sumo Sacerdote, através dos respectivos sacrifícios [...], deve cumprir a expiação

¹⁶HARTLEY, *Leviticus*, p. 219.

¹⁷LYONNET, STANISLAS, «Expiación» in LÉON-DUFOUR, XAVIER, *Vocabulário de Teología Bíblica*, Barcelona, Editorial Herder, 1985^[13], pp. 322-323.

¹⁸Cf. HARTLEY, *Leviticus*, p. 220.

¹⁹JN II, p. 72. Cf. FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 56.

²⁰ARANA, ANDRÉS IBÁÑEZ, «Levítico», in OPORTO, SANTIAGO GUIJARRO - GARCIA, MIGUEL SALVADOR, *Comentario al Antiguo Testamento*, 1, La Casa de la Biblia, [1997]⁵, p. 197.

primeiro por si mesmo, depois pela “sua casa”, isto é, pela classe sacerdotal de Israel em geral, e por fim, por toda a comunidade de Israel»²¹.

Analisando o texto de Lv 16, percebe-se que o ritual está constituído por várias partes e que se desenrola de uma forma gradativa: sacerdote, classe sacerdotal e povo. O sacerdote tem em todo o rito um papel essencial, pois ele agirá, não apenas em seu nome, mas em nome de todo o povo, representando-o perante Deus. Por isso, o Sumo Sacerdote precisa de se purificar a si mesmo em primeiro lugar, pois este é o único dia em que entra no Santo dos Santos, e «pronuncia na presença de Deus o Santo Nome»²².

Para entrar no Santo dos Santos, o Sumo Sacerdote não se reveste das roupas solenes que tem, como seria de esperar num dia desta importância e solenidade, mas veste as roupas comuns que os outros sacerdotes usam normalmente no serviço ao altar. «Neste dia solene ele aproxima-se de Deus vestido humilde e contritamente»²³.

Para o Sumo Sacerdote poder entrar no Santo dos Santos, tem de cumprir duas condições: primeiro tem de ser o Dia da Expição; e, segundo, o Sumo Sacerdote tem de ser fiel ao ritual prescrito para este dia²⁴.

Segundo Bento XVI, e também A. Feuillet, para o povo judeu, a «finalidade do grande Dia da Expição é restituir a Israel [...] a sua qualidade de “povo” santo, reconduzi-lo novamente ao seu destino de ser o povo de Deus no meio de mundo»²⁵. Por isso, nem «mesmo a Páscoa, apesar da grandeza dos eventos que ela comemora, [...] tem a eficácia do dia da Expição, que pela purificação de todas as faltas restitui a Israel o seu carácter de povo santo»²⁶. Diz-nos Bento XVI acerca do sentido da festa da Expição:

Trata-se daquilo que constitui o mais íntimo da criação no seu conjunto: dar origem a um espaço de resposta ao amor de Deus, à sua santa vontade.

De facto, segundo a teologia rabínica, a ideia de aliança, a ideia de criar um povo santo como «interlocutor» de Deus e em união com Ele, antecede a ideia da criação do mundo; melhor

²¹JN II, p. 72.

²²JN II, p. 72. Cf. SNAITH, N. H., «Leviticus», in BLACK, MATTHEW, *Peake's Commentary on the Bible*, London - Edinburgh - Paris - Johannesburg - Toronto - New York, Thomas Nelson and Sons Ltd, 1962, p. 248.

²³HARTLEY, *Leviticus*, p. 236.

²⁴Cf. ARANA, *Levítico*, p. 197.

²⁵JN II, p. 72. Cf. FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 56.

²⁶FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 39.

dizendo, é a sua razão íntima. O universo foi criado não para que existam muitos astros e tantas outras coisas, mas para que haja um espaço para a «aliança», para o «sim» do amor entre Deus e o homem que lhe responde. A festa da Expição restabelece, de cada vez, esta harmonia, este sentido do mundo transtornado repetidamente pelo pecado e, por isso, constitui o apogeu do ano litúrgico²⁷.

Começamos a entrever, que, como nos diz J. Hartley, para os primeiros cristãos, muitos deles oriundos do judaísmo, «o Dia da Expição teve um papel significativo na sua interpretação da morte de Jesus. A Sexta-Feira Santa, tornou-se, por assim dizer o Dia da Expição Cristão, um dia de auto-negação, penitência, expiação e reconciliação»²⁸. Neste sentido afirma A. Feuillet:

A obra de Cristo entendida como a «remissão dos pecados» da humanidade (Mt 26,28; Lc 24,47; Act 2,38; 5,31; 10,43; Ef 1,7; Col 1,14) facilmente evocaria na mente de um judeu o Yom Kippur, que era por excelência o «dia dos perdões». Em Rm 3,25 S. Paulo chama a Cristo instrumento de expiação (*hilastérion*). Muitos comentadores vêem aí uma referência ao propiciatório aspergido pelo sumo sacerdote no dia do Kippur. A estes textos acreditamos ser necessário juntar Jo 17.

É de duas maneiras que o capítulo 17 do quarto Evangelho parece evocar a liturgia do Kippur: primeiro, pela sua própria estrutura, em segundo lugar pelo seu conteúdo²⁹.

1.1.2 Jo 17 e o Dia da Expição

Depois de olharmos (ainda que brevemente) para o Dia da Expição, vejamos agora o texto de Jo 17 propriamente dito. A. Feuillet diz:

Um simples olhar para Jo 17 tomado como um todo, faz-nos facilmente reconhecer três pedidos paralelos de Jesus, que São Tomás de Aquino caracterizou assim: Jesus reza primeiro por si mesmo (*primo pro seipso*), em seguida pelo colégio apostólico (*secundo pro discipulorum collegio*), por fim por todo o povo cristão (*tertio pro universo fideli populo*)³⁰.

É possível pensar-se uma estruturação³¹ do texto de Jo 17 dividindo-o através do «paralelismo do v. 17,9 e 17,20: “Rogo ... por eles” (17,9), e “Não rogo só por estes,

²⁷JN II, pp. 72-73.

²⁸HARTLEY, *Leviticus*, p.220.

²⁹FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 40-41.

³⁰FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 41.

³¹É possível pensar outras estruturas e divisões do texto de Jo 17. Estas variam conforme o ponto de vista e daquilo que cada autor pretende realçar. A. Feuillet apresenta algumas dessas possibilidades (cf. FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 41ss).

mas também pelos que acreditarão através da sua palavra” (17,20)»³². Assim esta divisão resulta na estrutura tripartida que se apresenta de seguida³³:

1. a cena inicial (17,1-8), em que Jesus fala de si mesmo e pede por si mesmo;
2. a cena intermédia (17,9-19), em que os discípulos ocupam o centro;
3. a cena final (17,20-26), em que se amplia este grupo a outros crentes, pessoas que, pela palavra dos discípulos crêem (alcançam a fé).

Desta forma, percebemos como Bento XVI vê o paralelismo da Oração Sacerdotal com o rito do Dia da Expição:

A estrutura do rito descrito em *Levítico* 16 é minuciosamente retomada na oração de Jesus: tal como o sumo sacerdote cumpre a expiação por si, pela classe sacerdotal e por toda a comunidade de Israel, assim também Jesus reza por si mesmo, pelos apóstolos e, finalmente, por todos aqueles que depois, por causa da palavra deles, haveriam de acreditar n’Ele, ou seja, pela Igreja de todos os tempos³⁴.

Estamos no cerne da Oração de Jesus, e no centro daquilo que para o nosso tema mais nos interessa: «a oração de Jesus manifesta-O como Sumo Sacerdote do grande Dia da Expição. A sua cruz e a sua elevação constituem a Dia da Expição do mundo, no qual a história inteira do mundo [...] encontra o seu sentido, é introduzida na sua verdadeira finalidade e no seu destino»³⁵.

O Dia da Expição é actualizado pela oração de Jesus: «aqui, onde Jesus fala com o Pai, o ritual do Dia da Expição é transformado em oração»³⁶. Para Bento XVI, na Oração Sacerdotal inaugura-se um culto novo:

Os sacrifícios de animais são superados; o seu lugar é ocupado por aquilo que os Padres gregos chamavam *Thysía logiké*, sacrifício sob a forma de palavra, e que Paulo designa, de forma semelhante (*logikē latreía*), como culto em forma de palavra, correspondente à razão.[...]

³²TILBORG, SJEFF VAN, *Comentario al Evangelio de Juan*, Estella (Navarra), Editorial Verbo Divino, 2005, p. 341.

³³O esquema apresentado é o proposto por Sjeff van Tilborg em TILBORG, *Comentario al Evangelio de Juan*, p. 341.

³⁴JN II, p. 73.

³⁵JN II, p. 73.

³⁶JN II, p. 74.

Esta «palavra», que toma o lugar dos sacrifícios, não é simplesmente palavra, [...] é carne, mais ainda, é um corpo entregue, é sangue derramado. Sendo uma forma de concretização da autodoação de Jesus, a oração sacerdotal constitui o novo culto e está intimamente ligada à Eucaristia³⁷.

Encontramos também uma ligação aos cânticos do servo de Deus em Isaías, e percebe-se que o culto novo, exige um novo sacerdócio. Contudo, não é um sacerdócio que rompa totalmente com o antigo, mas antes o transforma, como nos mostra Bento XVI:

O aprofundamento espiritual e a renovação da ideia do sacerdócio, que encontramos em *João 17*, foram já realizados antecipadamente em *Isaías* nos cânticos do servo de Deus, sobretudo em *Isaías 53*. O Servo de Deus, que carrega sobre si a iniquidade de todos (53,6), que se oferece a si mesmo em expiação (53,10), que leva o pecado de muitos (53,12), realiza em tudo isto o ministério do sumo sacerdote, cumpre a partir de dentro a figura do sacerdócio. É conjuntamente sacerdote e vítima e deste modo, realiza a reconciliação³⁸.

Podemos, então, afirmar que o sacerdócio de Jesus está marcado, profundamente, pela expiação à imagem do servo sofredor de Is 53. Diz-nos o Papa:

Embora não se encontre em *João 17* nenhuma referência directamente aos cânticos do servo de Deus, a visão de *Isaías 53* é fundamental para o novo conceito de sacerdócio e culto que aparece em todo o *Evangelho de João* e, de modo particular, na oração sacerdotal. Encontrámos tal ligação de forma evidente no capítulo sobre o lava-pés; pode-se percebê-la claramente também no discurso do Bom Pastor, onde Jesus diz, cinco vezes, que este Pastor oferece a vida pelas ovelhas (cf. Jo 10,11.15.17.18-20), retomando assim de maneira evidente *Isaías 53*³⁹.

Assim entende-se que a expiação tem um sentido muito mais profundo, do que aquele que numa primeira leitura poderíamos pensar, como nos mostra O. de Cardedal:

É Deus quem expia (= sanar, renovar, refundar, santificar) o homem, e não o homem quem expia (= aplacar, pagar, recompensar, sofrer, devolver) a Deus. Perante o facto do pecado, Deus proveu e deu meios de expiação. Este não é portanto, um movimento do homem para Deus, mas, pelo contrário, é primeiro um dom, que Deus oferece ao homem, para que não permaneça na sua situação de morte, como pecador afastado d'Ele, e petrificado na sua inimidade.

³⁷JN II, p. 74. Esta ligação do Sacerdócio à Eucaristia é proclamada de forma solene pelo Concílio de Trento, quando afirma que na Última Ceia, Cristo instituiu os Apóstolos Sacerdotes com as palavras “faça isto em memória de mim” (cf. DZ nº 1752). Diz também o Concílio de Trento que, no Novo Testamento, existe um novo Sacerdócio (cf. DZ nº 1764 e 1771). Temos de ter em mente que a Oração Sacerdotal acontece no contexto da Última Ceia do Evangelho de S. João, sendo esta precisamente o seu último “acto”. Quando termina a Oração Sacerdotal, Jesus desloca-se com os discípulos para o Monte das Oliveiras onde é preso (Jo 18,1ss).

³⁸JN II, p. 75.

³⁹JN II, p. 75.

Expição é, portanto, primordialmente um conceito de conteúdo pneumático, vitalizador, que tem por sujeito Deus fundador da vida, curador quando esta adoeceu, refundador quando foi destruída e santificador quando foi profanada⁴⁰.

O texto de João 17, segundo Felipe Ramos, «não é um texto cristocêntrico, mas teocêntrico: o poder de que Jesus dispõe foi-lhe concedido devido à sua missão. É um poder salvífico, que o Filho tem por concessão e delegação do Pai»⁴¹. Isto é evidente na repetição por três vezes do verbo dar (δίδωμι): «o poder foi-Lhe dado (repete-se duas vezes), pelo Pai, para que Ele por sua vez, “dê” a vida eterna»⁴². Os discípulos, por sua vez, receberão de Jesus o seu poder e continuarão na Igreja a acção salvífica de Jesus: «Assim como o Pai me enviou, também Eu vos envio a vós» (Jo 20,21). O Papa faz da seguinte forma a ligação da missão de Jesus com a dos discípulos:

Esta é precisamente a missão de Jesus, na qual foram envolvidos os discípulos: conduzir o «mundo» para fora da alienação em que vive o homem relativamente a Deus e a si próprio, a fim de que o mundo volte a ser de Deus, e o homem, unido a Deus, volte a ser totalmente ele próprio. Mas esta transformação tem o preço da cruz e, para as testemunhas de Cristo, o da disponibilidade para o martírio»⁴³.

Existe uma conexão clara entre a missão dos discípulos com a missão de Jesus, e esta missão de Jesus tem também uma conexão com o Seu sacerdócio. Ainda enquanto teólogo, Joseph Ratzinger, analisando o Evangelho de João, liga o sacerdócio de Cristo com a Sua missão recorrendo aos conceitos de mediador e de apóstolo (no sentido etimológico de enviado), enquadrando dessa forma o apostolado e a missão dos apóstolos e dos seus sucessores:

Cristo é, por razão da sua própria essência, o enviado do Pai. A totalidade do seu ser consiste justamente em ser enviado, e assim, enquanto mediador puro, não é O que está junto do Pai, mas é sua *repraesentatio* sem limites entre os homens. [...]

Ao interpretar Jesus como «apóstolo», o apostolado fica firmemente ancorado no centro da cristologia. O Senhor transmite aqui o que foi origem e capacidade de movimento do seu próprio ser terreno. O apostolado perfila-se assim como um ministério com fundamentação

⁴⁰CARDEDAL, OLEGARIO GONZÁLES DE, *La Entraña del Cristianismo*, Salamanca, Secretariado Trinitario, [2001]³, p. 591.

⁴¹RAMOS, FELIPE FERNÁNDEZ *Evangelio según San Juan*, in OPORTO, SANTIAGO GUIJARRO - GARCIA, MIGUEL SALVADOR, ED, *Comentario al Nuovo Testamento*, PPC-Sigueme-Verbo Divino, [1995]⁷, p. 321.

⁴²FELIPE RAMOS, *Evangelio según San Juan*, p. 321.

⁴³JN II, p. 90.

crisológica: se a missão implica ser representação e, por tanto, também mediação daquele que envia, então é indubitável que este ministério central da Igreja em formação tem o carácter de serviço de mediação⁴⁴.

Jesus é O enviado do Pai, enviado, como vimos, a reconduzir o mundo para Deus que tem como concretização a Cruz, onde Jesus exerce o seu sacerdócio expiando o pecado da humanidade. Os discípulos são envolvidos em todo este mistério, passando também a fazer parte dele, não só enquanto beneficiários, mas como continuadores da missão de Jesus.

1.2 Quatro temas importantes de Jo 17

Depois da leitura de conjunto da Oração Sacerdotal, Bento XVI distingue nela quatro temas - *Esta é a vida eterna, Consagra-os na Verdade, Dei-lhes a conhecer o teu nome e Que todos sejam um só* - «nos quais aparecem aspectos essenciais deste texto importante e por isso também da mensagem joanina em geral»⁴⁵.

1.2.1 «Esta é a vida eterna»

Alguns autores consideram que o versículo «esta é a vida eterna: que Te conheçam a Ti, único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem Tu enviaste» (Jo 17,3) constitui um acrescento. É o caso de R. Schnackenburg. Schnackenburg considera o versículo 3 «uma glosa, adicionada sem dúvida à expressão ζωὴ αἰώνιος pela redacção final do Quarto Evangelho»⁴⁶. Também Beasley-Murray considera este versículo um «parêntesis»⁴⁷.

Carreira das Neves, por seu lado, afirma que, relativamente a considerar o versículo 3 um acrescento, «a crítica literária não nos deixa margem para tanto»⁴⁸; antes «o v. 3 enquadra-se perfeitamente com o mundo crisológico do quarto evangelho e com a tradição

⁴⁴RATZINGER, JOSEPH, *Teoría de los Principios Teológicos. Materiales para una teología fundamental*, Barcelona, Editorial Herder, 1985, pp. 330-331.

⁴⁵JN II, p. 75.

⁴⁶SCHNACKENBURG, RUDOLF, *El Evangelio Según San Juan. Versión y Comentario*, III - Capítulos 13-21, Barcelona, Herder, 1980, pp. 215, 216.

⁴⁷BEASLEY-MURRAY, GEORGE R., *Word Biblical Commentary, John*, 36, Nashville - Dallas - Mexico City - Rio de Janeiro, Thomas Nelson, [2000]², pp. 206-207.

⁴⁸NEVES, JOAQUIM CARREIRA DAS, *Escritos de São João*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2004, p. 254.

joânica mais abrangente. O que para nós pode parecer uma anomalia e glosa não significa que o fosse para o autor»⁴⁹. Carreira das Neves entende que não podemos nem afirmar nem negar que o versículo 3 seja uma glosa⁵⁰.

Segundo Bento XVI, «o tema da “vida” (*zōē*), que desde o “Prólogo”(1,4) permeia todo o Evangelho, aparece necessariamente na nova liturgia da expiação, que se realiza na oração sacerdotal»⁵¹. Por isso discorda de Rudolf Schnackenburg e da linha dos exegetas que consideram que Jo 17,3 seja uma interpolação.

Para Bento XVI, é preciso perceber bem o significado de *vida eterna*, que não tem o simples sentido corrente de «vida que vem depois da morte»⁵², antes, «significa a vida no sentido mais próprio e verdadeiro, a qual pode ser vivida mesmo neste tempo e contra a qual, depois, já nada pode fazer a morte física»⁵³. O Papa diz-nos na homilia da Santa Ceia do Senhor, em Quinta-feira Santa de 2010, o seguinte:

Quando Jesus fala da vida eterna, pensa no modo autêntico da vida – uma vida que é vida em plenitude e, conseqüentemente, livre da morte, mas que pode realmente começar já neste mundo; antes, deve ter início aqui: somente se aprendermos já agora a viver de modo autêntico, se aprendermos aquela vida que a morte não pode tirar, é que a promessa da eternidade tem sentido⁵⁴.

S. Tilborg entende que o versículo 3 enche de significado o que Jesus tinha afirmado no versículo 2: «a fim de que dê a vida eterna a todos os que lhe entregaste» (Jo 17,2)⁵⁵. E esse significado é, segundo Bento XVI, o conhecimento: «naturalmente, não é qualquer conhecimento que é a chave da vida, mas sim “que *Te* conheçam a *Ti*, único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste” (17,3)»⁵⁶. Este conhecimento, então, leva à *vida eterna*, vida essa, de que Jesus já tinha falado «no capítulo da ressurreição de Lázaro: “Quem crê em mim, mesmo que tenha tenha morrido viverá. E todo aquele que vive e crê em Mim

⁴⁹CARREIRA DAS NEVES, *Escritos de São João*, p. 255.

⁵⁰Cf. CARREIRA DAS NEVES, *Escritos de São João*, pp. 254-255.

⁵¹JN II, p. 76.

⁵²JN II, p. 76.

⁵³JN II, p. 76.

⁵⁴HMCS, 2010.

⁵⁵Cf. TILBORG, *Comentario al Evangelio de Juan*, p. 346.

⁵⁶JN II, p. 77. Também S. Tilborg afirma o mesmo, cf. TILBORG, *Comentario al Evangelio de Juan*, p. 346.

não morrerá para sempre” (Jo 11,25-26)»⁵⁷. E fala disso também na Última Ceia quando afirma: «Eu vivo e vós também haveis de viver» (Jo 14,19) ⁵⁸.

Contudo, esta vida eterna é oferecida por Jesus, só Ele a pode conceder, como afirma Shnackenburg: «Jesus é constituído em seu poder e a partir dele está em condições de outorgar a vida eterna a todos os homens que o Pai “Lhe deu”: quer dizer, a todos os crentes»⁵⁹.

Há algo que se depreende, segundo o Papa, destes textos: «é característico do discípulo de Jesus que ele “viva” e que, além do puro e simples existir, encontre e abrace a *verdadeira* vida, da qual todos andam à procura»⁶⁰.

Essa vida, como vimos, está no conhecer a Deus. Esse conhecimento não é mera aquisição de fórmulas ou “saber”, antes é relacional. Diz o Papa que «Deus torna-Se-lhe [ao cristão] acessível n’Aquele que Ele mesmo mandou: Jesus Cristo. No encontro com Ele, verifica-se aquele conhecimento de Deus que se torna comunhão e, desse modo, se torna “vida”»⁶¹. E mais à frente:

«A vida eterna» é um facto relacional. O homem não a adquiriu por si mesmo, nem apenas para si mesmo. Através da relação com Aquele que é em Si mesmo a vida, também o homem se torna vivente. [...]

O homem encontra a vida quando se une Àquele que é em si mesmo a vida. Então, nele, muitas coisas podem ser destruídas; a morte pode tirá-lo da biosfera, mas a vida que a transcende, a vida verdadeira, permanece. Nesta vida a que João, distinguindo-a do *bios*, chama *zōē* deve inserir-se o homem. É a relação com Deus em Jesus Cristo que dá aquela vida que nenhuma morte é capaz de tirar. ⁶².

Diz ainda Bento XVI na homilia da Ceia do Senhor de Quinta Feira Santa de 2010: «vida é relação. Ninguém recebe a vida de si mesmo e só para si mesmo. Recebemo-la do outro, na relação com o outro»⁶³.

Podemos compreender assim a importância da relação pessoal com Jesus Cristo para todo o cristão e, especificamente, para o sacerdote, pois a sua própria vocação, como

⁵⁷JN II, p. 76.

⁵⁸Cf. JN II, p. 76.

⁵⁹SCHNACKENBURG, *El Evangelio Según San Juan. Versión y Comentario*, III - Capítulos 13-21, p. 214.

⁶⁰JN II, p. 76.

⁶¹JN II, p. 77.

⁶²JN II, pp. 77-78.

⁶³HMCS, 2010.

veremos mais à frente, radica nesta relação com Jesus Cristo, e é dessa relação que brota a vida eterna.

1.2.2 «Consagra-os na Verdade»

Depois do tema da *vida eterna*, Bento XVI reflecte sobre o tema «consagração e consagrar», pois considera que este tema é o que se encontra «mais fortemente ligado ao acontecimento da reconciliação e ao sumo sacerdócio»⁶⁴.

Ao analisar o Evangelho de S. João, Bento XVI conclui que encontramos «uma tríplice “consagração”: o Pai consagrou o Filho e enviou-O ao mundo; o Filho consagra-se a Si mesmo e pede que, a partir da sua consagração, os discípulos sejam consagrados na Verdade»⁶⁵.

A primeira consagração (o Pai que consagra o Filho) encontramos-la em Jo 10,36 em que Jesus se qualifica «como como Aquele “a quem o Pai consagrou e enviou ao mundo”»⁶⁶. As outras duas encontram-se neste capítulo 17.

Mas antes de continuar a análise, Bento XVI propõe uma noção de consagração que é importante retermos. Afirma o Papa:

«Consagrado», isto é, «santo» (*qadosh*, na Bíblia hebraica) em sentido pleno, segundo a concepção bíblica, é só o próprio Deus. Santidade é o termo usado para exprimir o seu modo particular de ser, o ser divino enquanto tal. Assim, a palavra «santificar, consagrar» significa a transferência de uma realidade - de uma pessoa ou de coisa - para a propriedade de Deus, e especialmente a sua destinação ao culto. Isto pode ser, por um lado, a consagração para o sacrifício (cf. *Ex* 13, 2; *Dt* 15,19); por outro lado, pode significar a consagração ao sacerdócio (cf. *Ex* 28,41): a destinação de um homem a Deus e ao culto divino.

O processo da consagração, da «santificação», compreende dois aspectos que aparentemente se contrapõem um ao outro, mas que na realidade são intimamente concordantes. Por um lado, a «consagração» no sentido de «santificação» é uma segregação do resto do ambiente que pertence à vida pessoal do homem. A realidade consagrada é elevada a uma nova esfera, deixando de estar à disposição do homem. Mas esta segregação inclui ao mesmo tempo e de modo essencial um «para»: precisamente porque dada totalmente a Deus, esta realidade passa a existir para o mundo, para os homens; representa-os e deve curá-los. Podemos dizer também que segregação e missão constituem uma única realidade completa⁶⁷.

⁶⁴JN II, p. 78.

⁶⁵JN II, p. 78.

⁶⁶JN II, p. 78

⁶⁷JN II, pp. 78-79.

Retiramos das palavras do Papa que a consagração pode ser para o sacrifício ou para o sacerdócio, e que tem um duplo conteúdo: por um lado a segregação e por outro a missão inerente à consagração. É importante realçar a unidade entre segregação e missão, que são constitutivos da consagração, e por isso mesmo inseparáveis. Isto é importante para a consagração e missão dos apóstolos, porque consagrados por Jesus através da Sua própria consagração: «guardadas as devidas distâncias, os apóstolos serão como outros Cristos»⁶⁸.

Segundo Bento XVI, temos então três consagrações: o Pai que consagra o Filho, o Filho que se consagra a Si mesmo, e a consagração dos discípulos que brota da consagração do Filho.

A primeira consagração, a do Filho pelo Pai (que encontramos em Jo 10,36), Bento XVI coloca-a na linha da segregação: «consagração significa a reivindicação do homem por parte de Deus, a “segregação” para Ele, que é todavia ao mesmo tempo, uma missão para os povos»⁶⁹. O Papa volta a realçar a unidade entre segregação e missão, e por isso, afirma: «esta segregação de Jesus por parte do Pai identifica-se com a Encarnação [...] Jesus pertence inteiramente a Deus e por isso mesmo está totalmente à disposição de “todos”»⁷⁰.

Esta segregação com a missão de ser para todos implica o sacrifício. Aqui surge, então, a segunda consagração de que o Papa fala: o Filho que se consagra a Si mesmo. Segundo Bento XVI, há uma «conexão íntima entre as duas “consagrações”»⁷¹. Seguindo o pensamento de R. Bultmann e de S. João Crisóstomo, Bento XVI afirma que, nesta segunda consagração de Jesus, «*hagiázō*» terá o significado de consagração para o sacrifício⁷²: «enquanto a primeira “consagração” se refere à Encarnação, aqui trata-se da Paixão como sacrifício»⁷³. Há, para o Sumo Pontífice, uma ligação entre a noção de consagração sacrificial com a Eucaristia, já que «o próprio Jesus é o Sacerdote enviado ao mundo pelo Pai; Ele mesmo é o sacrifício, que se torna presente na Eucaristia de todos os tempos. [...]

⁶⁸FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, pp. 108-109.

⁶⁹JN II, p. 79.

⁷⁰JN II, pp. 79-80.

⁷¹JN II, p. 80.

⁷²Cf. JN II, p. 80.

⁷³JN II, p. 80.

O sentido da Festa da Expição cumpriu-se plenamente no “Verbo” que se fez carne “pela vida do mundo” (Jo 6,51)»⁷⁴.

Percebe-se assim que a conexão entre a consagração de Jesus e a Eucaristia dá-se através do binómio consagrar-sacrificar. Recordemos que Bento XVI na sua definição de consagração afirma que esta pode ser «consagração para o sacrifício»⁷⁵.

Podemos concluir que Jesus une em si os dois sentidos da consagração: para o sacrifício e para o sacerdócio. Mais, podemos afirmar que é no sacrifício que Jesus executa o acto supremo do seu sacerdócio, e encontramos aqui a «conexão íntima entre as duas “consagrações”»⁷⁶ que Bento XVI refere.

Finalmente temos a terceira consagração de que fala o Papa: a consagração dos discípulos que brota da própria consagração de Jesus:

Os discípulos devem ser envolvidos na consagração de Jesus; também neles se deve realizar esta passagem de propriedade, esta transferência para a esfera de Deus, e assim realizar-se o seu envio ao mundo.[...] A sua passagem para a propriedade de Deus, a sua consagração está ligada à consagração de Jesus Cristo, é participação no seu ser consagrado⁷⁷.

A. Feuillet faz notar que esta consagração é específica dos Apóstolos: «em Jo 17 Jesus pede ao Pai apenas pela santificação dos Apóstolos, não pensa em mais ninguém; e Ele não repete esta petição na terceira parte da sua oração que concerne a todos os crentes»⁷⁸. Nota ainda, que a consagração dos Apóstolos está intimamente ligada, e decorre da consagração de Jesus pelo Pai e da consagração d’Ele próprio, que vimos anteriormente: «Como Cristo, os Apóstolos foram enviados ao mundo; como *Cristo, e no mesmo sentido que Ele, também*

⁷⁴JN II, p. 80. Também Beasley-Murray encontra uma conexão entre a noção de consagração e a Eucaristia quando analisa estes versículos: «não podemos senão recordar as palavras de Jesus na Última Ceia, gravadas pelos Sinópticos e por Paulo: “ O Meu Corpo” ... ὑπὲρ ὑμῶν (“por vós”, Lc 22,19; 1Cor 11,24); O Meu Sangue ... ὑπὲρ πολλῶν (“por muitos”, Mc 14,24). Estas são as palavras mais claras de Jesus relativamente ao significado da sua morte: esta é vista como sacrifício por outros, através da qual uma nova aliança é iniciada para a herança do reino de Deus e, assim, o cumprimento da Páscoa espera outro Êxodo. O mesmo significado se atribui à expressão “por eles Eu me consagro”. Ela está de acordo com o significado do Antigo Testamento de “consagrar” em contextos sacrificiais, onde “consagrar” pode ser sinónimo de “sacrificar” (cf. Dt 15,19.21). Que Jesus se consagrasse por tal propósito é um modo de falar altamente incomum, mas reflecte a Sua consciência, atestada ao longo do Evangelho, de realizar o seu serviço pela soberania salvífica de Deus em virtude da autoridade que Lhe foi dada por Deus» (BEASLEY-MURRAY, *Word Biblical Commentary, John*, p. 301).

⁷⁵JN II, p. 80.

⁷⁶JN II, p. 80.

⁷⁷JN II, p. 81.

⁷⁸FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 104.

eles devem ser consagrados»⁷⁹. Continua A. Feuillet afirmando que «a consagração sacerdotal pelo Pai e missão, andam juntas na vida do Filho de Deus encarnado: “alguém que o Pai consagrou e enviou para o mundo”. A consagração sacerdotal pelo Pai e missão andarão também juntas na vida dos Apóstolos»⁸⁰. Realça-se assim, o aspecto missionário da consagração dos Apóstolos, isto é, o para quê desta consagração, pois como vimos também na definição de consagração de Bento XVI, a consagração implica sempre uma missão.

Esta consagração surge nos versículos 17 e 19. Contudo, diz-nos o Papa, entre estes dois versículos «há uma diferença pequena, mas importante»⁸¹, razão pela qual, como afirma A. Feuillet, as duas expressões «não devem ser tidas por sinónimas. Do ponto de vista literário, elas divergem entre si, já que no primeiro caso o substantivo “verdade” é acompanhado pelo artigo, que não se encontra no segundo caso»⁸². O Papa explica as diferenças da seguinte forma:

No versículo 19, diz-se que eles devem ser consagrados «*de* verdade» [ἐν ἀληθείᾳ]: não apenas ritualmente, mas verdadeiramente, em todo o seu ser - a meu ver assim se deve traduzir este versículo. No versículo 17, pelo contrário, diz-se: «consagra-os *na* Verdade» [ἐν τῇ ἀληθείᾳ]. Aqui a Verdade é qualificada como força da santificação, como «sua consagração»⁸³.

A. Feuillet, faz uma análise mais ampla da distinção entre os dois versículos da qual retiramos alguns pontos importantes⁸⁴.

Começamos pelo versículo 17. Ele considera, que o versículo 17, pode ser lido à luz de Jo 16,13: «Quando Ele vier, o Espírito da Verdade, há-de guiar-vos para a Verdade completa». Diz-nos A. Feuillet:

Decorre do conjunto das promessas do Paráclito que o Seu papel é o de fazer compreender a partir de dentro os ensinamentos de Jesus, de ser o Mestre interior dos discípulos, de lhes interiorizar a verdade revelada por Jesus, o que equivale a eles interiorizarem a Jesus, que é em seu próprio ser o Caminho que conduz ao Pai (14,6) e à Verdade (14,6)⁸⁵.

⁷⁹Cf. FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 104.

⁸⁰FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 108.

⁸¹JN II, p. 81.

⁸²FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 112.

⁸³JN II, p. 81. Para uma melhor análise acrescentámos o grego.

⁸⁴Cf. FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, pp. 103-125.

⁸⁵FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 114.

Afirma ainda A. Feuillet, que as promessas do Paráclito têm duas referências: uma relativamente ao futuro da Igreja, enquanto cumprimento de Jr 31,31-34 e Ez 36,26-27 relativamente à Nova Aliança; e outra relativamente aos Apóstolos e à sua missão:

Eles são os primeiros a ser introduzidos na verdade na sua inteireza, tendo em vista estabelecer a tradição apostólica que a Igreja ulterior não irá mudar, mas simplesmente explicar e tornar explícita, sem nada mudar. Como testemunhas de Cristo a Verdade, os apóstolos têm um papel único na Igreja⁸⁶.

Desta leitura de conjunto da consagração dos apóstolos e da promessa do Paráclito, A. Feuillet conclui que «ao pedir ao Pai que consagre os seus apóstolos na verdade, Jesus praticamente pede que os torne semelhantes a si próprio (*sacerdos alter Christus*), como que prolongamentos de Si que é por essência a Verdade»⁸⁷. Embora João 17 não fale explicitamente do Espírito Santo, diz A. Feuillet que a Sua acção se pressupõe nesta passagem, pois será o Espírito Santo a efectivar a assimilação (conformação) a Jesus que é a Verdade⁸⁸. Esta assimilação a Jesus Verdade tem um propósito para o Apóstolo e para o Sacerdote da Nova Aliança: «“Consagrado na Verdade” ele deve trazer ao mundo a verdade salvadora; ele deve trabalhar para a sua salvação com os mesmos meios de Cristo Verdade a quem ele foi conformado»⁸⁹.

Passemos ao versículo 19. Neste, Jesus afirma: «Eu consagro-Me por eles, para que também eles sejam consagrados de verdade».

A. Feuillet considera que o uso do particípio perfeito (*ἡγιασμένοι*) indica um estado permanente e estável que foi adquirido⁹⁰. Isto quer dizer que a consagração que Jesus faz dos seus Apóstolos é permanente e não passageira - é para a vida toda e de todo o seu ser.

⁸⁶FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 114.

⁸⁷FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 114.

⁸⁸Cf. FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 114.

⁸⁹FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 115. Podemos ver como isto se reflecte no ensinamento do magistério, no Directório para o Ministério e a vida dos Presbíteros : «Na ordenação presbiteral, o sacerdote recebeu o selo do Espírito Santo que fez dele um homem assinalado com o carácter sacramental para ser para sempre ministro de Cristo e da Igreja. Seguro da promessa de que o Consolador permanecerá «com ele para sempre» (Jo 14, 16-17), o sacerdote sabe que nunca perderá a presença e o poder eficaz do Espírito Santo, para poder exercer o seu ministério e viver a caridade pastoral como dom total de si para a salvação dos seus irmãos» (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *Directório para o Ministério e a vida dos Presbíteros*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, Editora Rei dos Livros, nº 8).

⁹⁰Cf. FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 104.

Continua A. Feuillet na sua reflexão lembrando a precedência da consagração de Cristo em relação à consagração dos apóstolos :

A consagração dos apóstolos «de verdade» é realizada em dependência estreita da própria consagração de Cristo. [...] Ao consagrar uma vítima, Jesus ocupa o lugar de um sacerdote, e ao consagrar-se a si mesmo ele dá-se como a vítima expiatória⁹¹ substituindo os sacrifícios dos animais do Antigo Testamento⁹². Encontra-se aqui o prolongamento do pensamento de Is 53 [...].

O que parece surpreender aqui, é que o fruto do sacrifício redentor parece limitar-se só aos Apóstolos: «a eles». Noutros lugares dos escritos joaninos, Cristo é dado pelo Pai e oferece-se a si mesmo em sacrifício para a salvação do mundo inteiro: Jo 3,16; 6,51; 1Jo 4,10. O estreitar de perspectiva na nossa passagem explica-se facilmente, admitindo-se a interpretação sacerdotal da oração de Jo 17 no seu conjunto, e a transposição que é feita da liturgia do Kippur: Jesus quer fazer ver aqui na sua Paixão redentora a fonte própria do sacerdócio dos apóstolos e do sacramento da Ordem, como noutro lugar do quarto evangelho, a Paixão de Cristo é apresentada claramente como a fonte das sacramentos do Baptismo e da Eucaristia.

A consagração recebida pelos apóstolos é para os conformar a Cristo Sacerdote. Ao Pai que primeiro consagra o seu Filho como Sacerdote, como é dito em 10,36, Jesus pede agora (v. 17) para consagrar os seus apóstolos de maneira semelhante, e de seguida sublinha que à maneira das outras riquezas da nova aliança, esta consagração será um fruto do seu sacrifício redentor: o Pai consagrará os apóstolos por Jesus. É claro que a consagração deles será relacionada com a própria ceia: «eu me consagro para que eles sejam também consagrados»⁹³.

Nesta linha, afirma Schnackenburg no comentário ao Evangelho de S. João: «a petição ao Pai em favor dos seus discípulos robustece-se pela consagração pela morte de Jesus, para que fiquem cheios, de forma firme e permanente (perfeita), do ser e força de Deus»⁹⁴.

A. Feuillet liga esta consagração de verdade com a expressão «em espírito e verdade» do diálogo com a Samaritana, em Jo 4,23-24, e considera que «espírito e verdade» não são qualidades psicológicas, mas teológicas⁹⁵.

Para ajudar na compreensão dos termos, A. Feuillet distingue entre *autêntico*, *genuíno* - ἀληθινός - e *verdadeiro*, *real* - ἀληθής - que não podem ser tomados por sinónimos; e conclui a sua explicação afirmando:

⁹¹Na análise que faz ao versículo 19 (καὶ ὑπὲρ αὐτῶν ἐγὼ ἀγιάζω ἑμαυτόν, ἵνα ὅσιν καὶ αὐτοὶ ἡγιασμένοι ἐν ἀληθείᾳ.), Schnackenburg afirma que o uso de ἀγιάζειν com um pronome reflexivo em conexão com ὑπὲρ «não deixam dúvida alguma de que se está a pensar na entrega de Jesus à morte. Com efeito, João realça a livre disposição de sobre o seu destino de morte, em obediência ao Pai» (SCHNACKENBURG, *El Evangelio Según San Juan. Versión y Comentario*, III - Capítulos 13-21, p. 233).

⁹²«Os LXX, com efeito, empregam ἀγιάζειν para a consagração das vítimas do sacrifício (Ex 13,2; Dt 15, 19), e indicam com este vocábulo a consagração dos sacerdotes para o serviço religioso» (SCHNACKENBURG, *El Evangelio Según San Juan. Versión y Comentario*, III - Capítulos 13-21, p. 233).

⁹³FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 119.

⁹⁴SCHNACKENBURG, *El Evangelio Según San Juan. Versión y Comentario*, III - Capítulos 13-21, p. 234.

⁹⁵Cf. FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 121.

Os adoradores genuínos que irão adorar o Pai em espírito e verdade (4,23) são contrastados não com os falsos adoradores, mas com a adoração imperfeita do Antigo Testamento. [...] Adoração em verdade é adoração em conformidade com a revelação definitiva trazida por Jesus, uma revelação que em última análise se resume na sua própria pessoa. Mas adoração de verdade é inseparável da adoração em espírito, enquanto esta é possível apenas por uma regeneração operada pelo Espírito Santo (3,5), quer dizer, graças a esta característica fundamental da economia cristã: o novo espírito comunicado pelo Espírito Santo ⁹⁶.

Isto tem consequências para os Apóstolos e para os sacerdotes da Nova Aliança, pois «o sacerdote da nova aliança, consagrado na verdade e assim conformado a Cristo Verdade, é certamente chamado a trabalhar para a salvação e libertação espiritual da humanidade»⁹⁷; mas este, considera A. Feuillet, é um aspecto antropocêntrico do sacerdócio. Contudo, segundo ele, devemos ter em atenção também o aspecto teocêntrico⁹⁸:

Os padres da nova economia são consagrados em vista do novo culto, quer dizer, em vista a procurar para o Pai os adoradores em espírito e em verdade, que Jesus nos diz que o Pai procura como se tivesse necessidade deles, Ele que não tem necessidade de nada nem de ninguém, e como se esse fosse o objectivo último do seu plano de salvação⁹⁹.

Bento XVI comenta desta forma o versículo 19:

Penso que esta segunda parte encerre um específico significado. Nas religiões do mundo, existem variados modos rituais de «santificação», de consagração dum pessoa humana. Mas todos estes ritos podem permanecer algo de simplesmente formal. Cristo pede para os discípulos a verdadeira santificação, que transforme o seu ser, que os transforme a eles mesmos; que não fique uma forma ritual, mas seja um tornar-se verdadeiramente propriedade do próprio Deus. Poderemos também dizer: Cristo pediu para nós o Sacramento que nos toca na profundidade do nosso ser. Mas pediu também que esta transformação em nós dia após dia se traduza em vida; que no nosso quotidiano e na nossa vida concreta de cada dia sejamos verdadeiramente permeados pela luz de Deus¹⁰⁰.

E ainda:

Os discípulos são santificados, consagrados «na Verdade». A Verdade é o lavacro que os purifica, a Verdade é a veste e a unção de que têm necessidade.

⁹⁶FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, pp. 121-122.

⁹⁷FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 122.

⁹⁸Cf. FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 122.

⁹⁹FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 122.

¹⁰⁰BENTO XVI, *Il potere dei segni*, pp. 54-55.

Em última análise, esta «Verdade» purificadora e santificadora é o próprio Cristo¹⁰¹. N'Ele devem imergir, d'Ele devem ser como que «revestidos»; e assim se tornam participantes da sua consagração, do seu cargo sacerdotal, do seu sacrifício¹⁰². [...]

Na fé dos cristãos, Jesus é a *Tora* em pessoa, e assim, a santificação realiza-se na comunhão do querer e do ser com Ele. Se, com a consagração dos discípulos na Verdade, se trata, em última análise, da participação na missão sacerdotal de Jesus, então podemos entrever nestas palavras do *Evangelho de João* a instituição do sacerdócio dos apóstolos, do sacerdócio neotestamentário que, no mais profundo de si mesmo, é um serviço à verdade¹⁰³.

O Papa vê aqui na Oração Sacerdotal, como A. Feuillet, a instituição do Sacerdócio. Também para o magistério recente, além do Papa Bento XVI, passou esta ideia. O *Directório para o ministério e a vida dos presbíteros* afirma: «o sacerdote foi, por assim dizer, “concebido” na longa oração durante a qual o Senhor Jesus pediu ao Pai pelos seus Apóstolos e, por todos aqueles que no decurso dos séculos iriam participar da sua missão (cf. *Lc* 6,12; cf *Jo* 17,15-20)»¹⁰⁴.

Isto realça ainda mais a importância deste texto para a teologia do Sacerdócio e de forma especial, para percebermos o pensamento de Bento XVI acerca do Sacerdócio.

1.2.3 «Dei-lhes a conhecer o teu nome»

Diz-nos o Papa Bento XVI, que «outro tema fundamental da oração sacerdotal é a revelação do nome de Deus:« “ Manifestei o teu nome aos homens que do mundo Me deste” (*Jo* 17, 6). “Dei-lhes a conhecer o teu nome e dá-lo-ei a conhecer, para que o amor com que Me amaste esteja neles e Eu esteja neles” (17,26)»¹⁰⁵.

Beasley-Murray lembra que, tendo Jesus começado a revelação do nome do Pai aos seus discípulos, continuará a fazê-lo. E afirma ainda que encontramos nas palavras de *Jo* 17,26 pareenças com o que Jesus havia afirmado sobre a missão do Paráclito em 16,12-15 e especialmente em 16,25¹⁰⁶. Por último afirma que a finalidade da revelação do nome

¹⁰¹S. Tilborg considera a verdade como «a realidade de Deus, tal como se tornou visível em Jesus Cristo» (TILBORG, *Comentario al Evangelio de Juan*, p. 352).

¹⁰²Schnackenburg afirma que a santificação dos discípulos «é uma incardinação no âmbito divino e um ser penetrado pelo modo e ser de Deus». SCHNACKENBURG, *El Evangelio Según San Juan. Versión y Comentario*, III - Capítulos 13-21, p. 230.

¹⁰³*JN II*, pp. 81-82.

¹⁰⁴CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *Directório para o Ministério e a vida dos Presbíteros*, nº 38.

¹⁰⁵*JN II*, p. 82

¹⁰⁶Cf. BEASLEY-MURRAY, *Word Biblical Commentary, John*, p. 305.

de Deus («o amor com que me amaste esteja neles e Eu esteja neles» (17, 26)), tem uma variedade de significações:

(i) Implica um cada vez maior entendimento do amor do Pai pelo Filho; (ii) uma compreensão mais profunda da maravilha de que este amor é também estendido aos crentes; e (iii) uma cada vez maior resposta de amor da sua parte em relação ao Pai, resultando numa crescente amizade profunda com Ele. Tudo isto procede de um aprofundar da experiência de permanecer no Filho e o Filho neles¹⁰⁷.

Por seu lado, Felipe Ramos diz que a acção «reveladora e evangelizadora de Jesus [...] deve ser continuada pelos seus discípulos»¹⁰⁸, e sublinha o facto de que a forma como esta oração de Jo 17 está construída literariamente, «acentua o “Eu” de Jesus»¹⁰⁹ e «a origem da revelação e da sua doutrina»¹¹⁰.

É importante lembrar aqui que Deus revelou o seu nome a Moisés (Ex 3,14) e, como diz Bento XVI, «é óbvio que Jesus, com estas palavras, Se apresenta como o novo Moisés: leva ao fim aquilo que teve início com Moisés na sarça ardente»¹¹¹. É Jesus quem revela definitivamente o nome de Deus. Na Santa Missa da Ceia do Senhor de 2010, afirma o Papa:

O Senhor faz aqui alusão ao episódio da sarça ardente; lá, Deus, respondendo à pergunta de Moisés, revelara o seu nome. Portanto Jesus quer dizer que leva a termo o que se iniciara junto da sarça ardente: Deus, que Se dera a conhecer a Moisés, agora revela-Se plenamente n’Ele. E, com isto, Ele realiza a reconciliação: o amor com que Deus ama o seu Filho no mistério da Trindade, envolve agora os homens nesta circulação divina do amor¹¹².

Segundo Bento XVI, «a expressão “nome de Deus” significa Deus como Aquele que está presente no meio dos homens. [...] O “nome de Deus” é o próprio Deus como Aquele que Se nos dá; Ele, não obstante toda a certeza da sua proximidade e toda a alegria por este facto, permanece sempre infinitamente maior»¹¹³. E conclui o Papa, dizendo:

A revelação do nome é um modo novo da presença de Deus entre os homens, um modo novo e radical de Deus se tornar presente no meio dos homens. Em Jesus, Deus entra totalmente no mundo dos homens: quem vê Jesus vê o Pai (cf. Jo 14, 9).

¹⁰⁷ BEASLEY-MURRAY, *Word Biblical Commentary, John*, p. 305.

¹⁰⁸ FELIPE RAMOS, *Evangelio según San Juan*, p. 321.

¹⁰⁹ FELIPE RAMOS, *Evangelio según San Juan*, p. 321.

¹¹⁰ FELIPE RAMOS, *Evangelio según San Juan*, p. 321.

¹¹¹ *JN II*, p. 82.

¹¹² *HMCS*, 2010.

¹¹³ *JN II*, pp. 82-83.

Se podemos dizer que, no Antigo Testamento, a Imanência de Deus se dava na dimensão da palavra e da observância litúrgica, agora esta imanência tornou-se ontológica: em Jesus, Deus *fez-Se* homem. Deus entrou no nosso próprio ser. N'Ele, Deus é verdadeiramente o «Deus conosco». A Encarnação, pela qual esta nova forma de ser de Deus como homem se realizou, torna-se, por meio do seu sacrifício, um acontecimento para a humanidade inteira: como Ressuscitado, Ele vem de novo para fazer de todos o seu Corpo, o templo novo. A «revelação do nome» tem em vista que «o amor com que me amaste esteja neles e Eu esteja neles»¹¹⁴ (17, 26). Visa a transformação do universo, para que este, em união com Cristo, se torne de modo totalmente novo a verdadeira morada de Deus¹¹⁵.

O Papa termina a análise deste tema afirmando:

A auto doação de Deus em Cristo não é algo do passado: «[...] dá-lo-ei a conhecer». Em Cristo, Deus vem continuamente ao encontro dos homens, para que estes possam ir ao encontro d'Ele. Dar a conhecer Cristo significa dar a conhecer Deus. Através do encontro com Cristo, Deus aproxima-se de nós, atrai-nos a Si (cf. *Jo* 12, 32), para nos conduzir por assim dizer para além de nós mesmos rumo à amplitude infinita da sua grandeza e do seu amor¹¹⁶.

O sacerdote da Nova Aliança, que como vimos está configurado com Cristo, é assim chamado a continuar hoje a «auto-doação de Deus em Cristo»¹¹⁷, a ser veículo do encontro entre Deus e os homens, de dar a conhecer o nome de Deus.

1.2.4 «Que todos sejam um só»

No quarto evangelho, é-nos dito «que os discípulos de Cristo devem ser unidos entre si como o Pai e o Filho são um. Ele apresenta-nos a unidade das pessoas divinas na Trindade ao mesmo tempo como a fonte e o modelo da unidade dos cristãos entre si»¹¹⁸.

Bento XVI considera importante a reflexão deste tema da unidade:

O olhar de Jesus [...] estende-se para além da comunidade dos discípulos de então e fixa-se em todos aqueles que «hão-de crer em mim, por meio da sua palavra» (*Jo* 17,20): abre-se o vasto horizonte da comunidade futura dos crentes através das gerações; a futura Igreja está incluída na oração de Jesus. Ele invoca a unidade dos futuros discípulos¹¹⁹.

O Sumo Pontífice reflecte acerca da unidade, o que ela significa, e como devemos entender a unidade que Jesus pede ao Pai para os discípulos, para afirmar que «a unidade

¹¹⁴Também Beasley-Murray é da mesma opinião (cf. BEASLEY-MURRAY, *Word Biblical Commentary, John*, p. 305).

¹¹⁵*JN II*, p. 83.

¹¹⁶*JN II*, p. 84.

¹¹⁷*JN II*, p. 84.

¹¹⁸FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, pp. 17-18.

¹¹⁹*JN II*, p. 84.

só pode vir do Pai por meio do Filho. Tem a ver com a “glória” que o Filho dá, com a sua presença, que nos é concedida através do Espírito Santo; uma presença que é fruto da Cruz, da transformação do Filho na morte e na ressurreição»¹²⁰. Continua o Papa:

A unidade da Igreja futura assenta naquela fé que Pedro [...] professou em nome dos Doze na Sinagoga de Cafarnaum: «Por isso nós cremos e sabemos que Tu és o Santo de Deus» (Jo 6,69).

Esta profissão, quanto ao seu conteúdo, está muito próxima da oração sacerdotal. Nela encontramos Jesus como Aquele que o Pai consagrou/santificou, que se consagra pelos discípulos e que consagra os seus próprios discípulos na verdade. A fé é mais do que uma palavra, mais que uma ideia; significa entrar na comunhão com Jesus Cristo e, por meio d’Ele, com o Pai. É o verdadeiro fundamento da comunidade dos discípulos, a base para a unidade da Igreja.

No seu núcleo, esta fé é «invisível». Mas, dado que os discípulos se ligam todos ao único Cristo, ela torna-se «carne» e reúne conjuntamente os indivíduos num verdadeiro «corpo». A Encarnação do Logos continua até à forma completa de Cristo (cf. Ef 4,13)¹²¹.

Bento XVI continua a sua reflexão apontando alguns elementos essenciais à unidade: «sacramento da sucessão, a Escritura, o Símbolo da Fé (*Credo*)»¹²².

Acerca do sacramento da sucessão, o Papa afirma que Jesus é o enviado do Pai (isso é especialmente patente neste capítulo 17) e que «todo o seu ser se caracteriza como “ser enviado”»¹²³. A expressão concreta disso é a afirmação de Jesus: «a minha doutrina não é minha» (Jo 7,16). Jesus alargará esta Sua característica ao Espírito Santo: «Ele não vos falará por Si próprio, mas há-de dar-vos a conhecer quanto ouvir» (Jo 16,13). Segundo Bento XVI, Jesus inclui os discípulos neste dinamismo:

Depois da ressurreição, Jesus atrai os discípulos para dentro desta corrente de missão: «assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós» (20,21). A condição de ser enviada por Jesus deve ser sinal qualificativo para a comunidade dos discípulos de todos os tempos. Para ela, isto significa sempre: «A doutrina não é minha»; os discípulos não se anunciam a si mesmos, mas dão a conhecer o que ouviram. Representam Cristo, como Cristo representa o Pai. Deixam-se guiar pelo Espírito Santo, sabendo que, nesta fidelidade absoluta, está em acção ao mesmo tempo a dinâmica da maturação: «O Espírito da Verdade [...] há-de guiar-vos para a Verdade completa» (16,13).

Para este dado essencial de os discípulos de Cristo serem «enviados», pela ligação à palavra de Cristo e à força do Espírito Santo, a Igreja antiga encontrou a forma da «sucessão apostólica». O perdurar da missão é «sacramento», ou seja, não uma faculdade gerida autonomamente nem

¹²⁰JN II, p. 86.

¹²¹JN II, p. 87.

¹²²JN II, p. 89.

¹²³JN II, p. 87.

mesmo um instituição feita pelos homens, mas ser «envolvido» no Verbo «desde o princípio» (1Jo 1,1), na comunidade criada pelo Espírito¹²⁴.

Com facilidade percebemos como estas afirmações do Papa acerca da unidade da comunidade dos discípulos ganham uma maior densidade para os Sacerdotes servidores desta unidade, pois estes «representam Cristo, como Cristo representa o Pai»¹²⁵.

Acerca da Escritura e do Símbolo da Fé, afirma o Papa:

Juntamente com a «sucessão apostólica», a Igreja antiga encontrou (não inventou) mais dois elementos fundamentais para a sua unidade. o Cânone da Escritura e o chamado Símbolo da Fé. Este é uma suma breve [...] dos conteúdos essenciais da fé [...]. Este Símbolo da Fé, ou *Credo*, constitui a verdadeira «hermenêutica» da Escritura, a chave tirada dela para a interpretar segundo o seu espírito»¹²⁶.

A unidade dos discípulos tem um objectivo claro: é para «que o mundo possa, através da unidade dos discípulos, reconhecê-lo como o enviado do Pai»¹²⁷. Está em causa a credibilidade dos discípulos, da integralidade da mensagem que transmitem, da correspondência entre o que dizem e o que vivem. O Papa entende que a unidade é fundamental e constitutiva da Igreja, e que esta brota do pedido expresso de Jesus ao Pai. Afirma neste sentido Bento XVI:

Jesus suplica a Igreja como una e apostólica. Assim, esta oração revela-se, propriamente, um acto fundador da Igreja. O Senhor pede a Igreja ao Pai. Esta nasce da oração de Jesus e por meio do anúncio dos Apóstolos, que dão a conhecer o nome de Deus e introduzem os homens na comunidade de amor com Deus. E, por conseguinte, Jesus pede que o anúncio dos discípulos continue ao longo dos tempos; que tal anúncio reúna homens que, baseados no mesmo, reconheçam Deus e o seu Enviado, o Filho Jesus Cristo. Ele reza para que os homens sejam conduzidos à fé e, por meio desta, ao amor. Pede ao Pai que estes crentes «*sejam um em Nós*» (v. 21); isto é, que vivam na comunhão interior com Deus e com Jesus Cristo, e que a partir deste estar interiormente na comunhão com Deus, se crie a unidade visível. Duas vezes disse o Senhor que esta unidade deverá fazer com que o mundo acredite na missão de Jesus. Portanto deve ser uma unidade que se possa ver: uma unidade que ultrapasse tanto aquilo que habitualmente é possível entre os homens, que se torne um sinal para o mundo e afiance a missão de Jesus Cristo¹²⁸.

¹²⁴JN II, p. 88.

¹²⁵JN II, p. 88.

¹²⁶JN II, pp. 88-89.

¹²⁷JN II, 89.

¹²⁸HMCS, 2010.

Há ainda um aspecto acerca da unidade que o Papa refere na homilia da Missa da Ceia do Senhor de Quinta Feira Santa de 2010 e de 2011: esta só é conseguida se os discípulos estiverem unidos a Cristo. Diz Bento XVI:

Ele reza para que os homens sejam conduzidos à fé e, por meio desta, ao amor. Pede ao Pai que estes crentes «sejam um em Nós» (v. 21); isto é, que vivam na comunhão interior com Deus e com Jesus Cristo e que, a partir deste estar interiormente na comunhão com Deus, se crie a unidade visível¹²⁹.

Só pode haver a unidade dos cristãos se estes estiverem intimamente unidos com Ele, com Jesus. Fé e amor por Jesus: fé no seu ser um só com o Pai e abertura à unidade com Ele são essenciais. Portanto, esta unidade não é algo somente interior, místico. Deve tornar-se visível; tão visível que constitua para o mundo a prova do envio de Jesus pelo Pai¹³⁰.

1.3 Conclusões do primeiro capítulo

A leitura de Jo 17, por Bento XVI, ajuda-nos a fazer o enquadramento do sacerdócio ministerial dos presbíteros no sacerdócio de Cristo, e permite-nos afirmar que o sacerdócio ministerial dos presbíteros está ancorado no sacerdócio de Cristo e na sua missão. Trata-se de um sacerdócio novo mas, contudo, relacionado e de certa forma em continuidade com o sacerdócio da Antiga Aliança¹³¹, que é, por Cristo, mais que renovado: é plenificado e tem, como vimos, todo um sentido profundo, que os presbíteros continuarão, na e pela Igreja, ao longo dos tempos. Bento XVI, traduz na liturgia de Quinta-feira Santa precisamente esta continuidade entre o sacerdócio de Cristo e o dos presbíteros: «na Oração Sacerdotal, torna-se visível também, de maneira muito particular, o mistério permanente de Quinta-feira Santa: o novo sacerdócio de Jesus Cristo e a sua continuação na consagração dos Apóstolos, com a participação dos discípulos no sacerdócio do Senhor»¹³².

¹²⁹HMCS, 2010.

¹³⁰HMCS, 2011.

¹³¹Cf. *JN II*, p. 75.

¹³²HMCS, 2010.

2 A Ordenação

Na Ordenação Sacerdotal, algo de novo acontece ao baptizado que é ordenado. O presbítero, com o «antiquíssimo gesto da imposição das mãos, com o qual Ele tomou posse de mim, dizendo-me: "Tu pertences-me"»¹, passa a ser pertença de Deus².

2.1 O chamamento

Aquele que é ordenado foi chamado por Jesus Cristo. Por isso, antes de analisarmos o ritual de ordenação, e como dele se percebe a presença de Cristo no Presbítero, procuremos olhar como Bento XVI entende o chamamento ao Sacerdócio. Contudo, sendo este um tema vasto, procuraremos analisar brevemente apenas dois aspectos que nos parecem mais centrais no pensamento de Bento XVI, e que ajudam a fundamentar a reflexão que estamos a fazer: a relação pessoal do presbítero com Jesus Cristo e a sua eleição.

2.1.1 Relação pessoal com Jesus Cristo

Na concepção antropológica subjacente ao pensamento de Bento XVI está a noção de que «o ser humano é relacionamento: sou eu mesmo só no tu e através do tu, na relação do amor com o Tu de Deus e o tu dos outros»³. Este “ser relacionamento” não é apenas com os outros mas é também relação com Deus. Esta relação é profunda pois «através da

¹HMC, 2006.

²Aqui é importante recordar a noção de consagração de Bento XVI que vimos no primeiro capítulo.

³BENTO XVI, *Audiência Geral*, in *L'Osservatore Romano*, ed. Portuguesa, 06/2013 (10.II.20013), p. 3.

encarnação de Jesus, através do seu sangue derramado, fomos atraídos para dentro duma consanguinidade muito real com Jesus e, conseqüentemente, com o próprio Deus»⁴.

Já no primeiro capítulo apontámos alguns aspectos que realçam a importância da relação com Jesus Cristo: dessa relação brota a vida eterna⁵ de que o sacerdote é chamado não só a ser sinal como dispensador, e dela nasce a unidade dos discípulos que o sacerdote é chamado a construir⁶.

O Magistério da Igreja tem insistido na questão da relação íntima e pessoal com Deus, quer daquele que percebe o apelo ao Sacerdócio, como do próprio sacerdote, pois a última é continuidade, se bem que transformada, da primeira. O Concílio Vaticano II quando reflecte acerca da formação dos futuros presbíteros afirma:

Os alunos aprendam a viver em união familiar e assídua com o Pai por meio de Seu Filho Jesus Cristo, no Espírito Santo: havendo de ser configurados pela sagrada ordenação com Cristo sacerdote, habituem-se também a aderir a Ele, como amigos, em íntima união de toda a sua vida. Vivam de tal maneira o Seu mistério pascal, que nele saibam iniciar o povo que lhes há-de ser confiado. Aprendam a buscar Cristo na meditação fiel da palavra de Deus, numa activa comunicação com os santíssimos mistérios da Igreja, sobretudo na sagrada Eucaristia e no Ofício divino; no Bispo que os envia e nos homens a quem são enviados, sobretudo nos pobres, nas crianças, nos doentes, nos pecadores e incrédulos. Amem e venerem com filial confiança a Santíssima Virgem, que foi dada como mãe ao discípulo por Jesus Cristo moribundo na cruz⁷.

O Concílio sublinha a relação com a Trindade, de quem o homem se aproxima por Jesus Cristo. Por isso o Concílio insiste na busca de Cristo, que é o mesmo que dizer, insiste no aprofundamento da relação com Jesus Cristo, como relação de amizade. No entanto, não se trata de uma relação intimista, mas mediada pela Palavra de Deus, pelos Sacramentos e pela Igreja.

Este aspecto é tão importante que João Paulo II, na Exortação Apostólica pós-sinodal *Pastores Dabo Vobis*, comenta precisamente este trecho do Concílio:

Impõe-se, antes de mais nada, o valor e a exigência de "viver intimamente unidos" a Jesus Cristo. A união ao Senhor Jesus, que se fundamenta no Baptismo e se alimenta com a Eucaristia, exige exprimir-se na vida de cada dia, renovando-a radicalmente [...].

⁴HMCS, 2009.

⁵Cf. *JN II*, p. 78.

⁶Cf. HMCS, 2011.

⁷OT, 8.

O texto conciliar, ainda que consciente da absoluta transcendência do mistério cristão, conota a íntima comunhão dos futuros sacerdotes com Jesus, com o matiz da amizade. Esta não é uma absurda presunção do homem. É simplesmente o dom inestimável de Cristo, que disse aos seus apóstolos: "Já não vos chamo servos porque o servo não sabe o que faz o seu senhor; chamo-vos amigos porque tudo o que ouvi de meu Pai vo-lo dei a conhecer"(Jo 15,15)⁸.

Também o *Directório para o Ministério e a Vida dos Presbíteros* insiste nesta união com a Trindade por Jesus Cristo. E mais, faz radicar a identidade do presbítero na relação com a Trindade e na união sacramental, dada na ordenação, a Cristo. Diz-nos o Directório:

Pela força da consagração recebida no sacramento da Ordem, o sacerdote é colocado numa relação particular e específica com o Pai, com o Filho e com o Espírito Santo. Com efeito, «a nossa identidade tem a sua fonte última na caridade do Pai. Ao Filho, por Ele enviado como Sumo Sacerdote e Bom Pastor, estamos unidos sacramentalmente mediante o sacerdócio ministerial pela acção do Espírito Santo. A vida e o ministério do sacerdote são uma continuação da vida e acção do próprio Cristo. Esta é a nossa identidade, a nossa verdadeira dignidade, a fonte da nossa alegria, a certeza da nossa vida»⁹.

E mais à frente:

Precisamente para poder realizar frutuosa e profundamente o ministério pastoral, o sacerdote tem necessidade de entrar numa particular e profunda sintonia com Cristo bom Pastor, o qual permanece sempre o único protagonista principal de toda a acção pastoral [...].

A própria conformação a Cristo exige que o sacerdote cultive um clima de amizade e de encontro pessoal com o Senhor Jesus, fazendo experiência de um encontro pessoal com Ele, e de colocar-se a serviço da Igreja, seu Corpo, à qual o sacerdote demonstrará amar pelo cumprimento fiel e incansável dos deveres próprios do seu ministério pastoral¹⁰.

J. Ratzinger coloca a fundação da relação do presbítero com Jesus na própria missão que Jesus confia aos apóstolos: Jesus dá aos apóstolos o Seu poder, e envia-os da mesma maneira que Ele mesmo foi enviado pelo Pai (Jo 13,20; 17,18; 21,21). Para J. Ratzinger «toda a missão é relação»¹¹. E isto tem consequências para o Apóstolo pois este, sem Jesus nada pode fazer (Jo 15,5), da mesma maneira que Jesus, sem o Pai nada pode fazer (Jo 5,19.30)¹². Por isso mesmo, Ratzinger conclui que «o sacerdote deve ser um homem que conhece Jesus no seu íntimo, que O conheceu e aprendeu a amar»¹³.

⁸*Pastores Dabo Vobis*, 46.

⁹*Directório para o Ministério e a Vida dos Presbíteros*, nº 3.

¹⁰*Directório para o Ministério e a Vida dos Presbíteros*, nº 38, 39.

¹¹APSG, p. 26.

¹²Cf. APSG, pp. 25,26.

¹³APSG, p. 36.

Para Bento XVI, aquele que é chamado a ser presbítero «deve ser sobretudo um “homem de Deus”»¹⁴. Isto é, alguém que tem já uma relação íntima com Jesus Cristo. É no contexto dessa relação que se sente chamado e dá a sua resposta.

Podemos entender assim, porque é que para Bento XVI, «o elemento mais importante no caminho para o sacerdócio e ao longo de toda a vida sacerdotal é a relação pessoal com Deus em Jesus Cristo»¹⁵. Esta relação do presbítero é profunda: é relação de amizade, e «quanto ao amor de amizade (*philia*), este é retomado com um significado mais profundo no *Evangelho de João* para exprimir a relação entre Jesus e os seus discípulos»¹⁶. Acerca de Jo 15,15, diz-nos Bento XVI:

«Já não sois servos, mas amigos»: nesta frase está encerrado o programa inteiro duma vida sacerdotal. O que é verdadeiramente a amizade? *Idem velle, idem nolle* – querer as mesmas coisas e não querer as mesmas coisas: diziam os antigos. A amizade é uma comunhão do pensar e do querer. O Senhor não se cansa de nos dizer a mesma coisa: «Conheço os meus e os meus conhecem-Me» (cf. Jo 10,14). O Pastor chama os seus pelo nome (cf. Jo 10,3). Ele conhece-me por nome. Não sou um ser anónimo qualquer, na infinidade do universo. Conhece-me de modo muito pessoal. E eu? Conheço-O a Ele? A amizade que Ele me dedica pode apenas traduzir-se em que também eu O procure conhecer cada vez melhor; que eu, na Escritura, nos Sacramentos, no encontro da oração, na comunhão dos Santos, nas pessoas que se aproximam de mim mandadas por Ele, procure conhecer sempre mais a Ele próprio. A amizade não é apenas conhecimento; é sobretudo comunhão do querer. Significa que a minha vontade cresce rumo ao «sim» da adesão à d’Ele. De facto, a sua vontade não é uma vontade externa e alheia a mim mesmo, à qual mais ou menos voluntariamente me submeto ou então nem sequer me submeto. Não! Na amizade, a minha vontade, crescendo, une-se à d’Ele: a sua vontade torna-se a minha, e é precisamente assim que me torno de verdade eu mesmo¹⁷.

Deste texto podemos retirar alguns traços, que para Bento XVI são essenciais, na relação entre Jesus e o presbítero (e candidato a presbítero): esta relação é acima de tudo uma «comunhão do pensar e do querer»; tem de passar por uma busca constante de conhecer Jesus, pois Ele conhece profundamente aqueles que chama; essa busca e conhecimento dão-se, tal como o Magistério da Igreja, como vimos antes, também o diz,

¹⁴BENTO XVI, *Ad Sacrorum Alumnos Sacerdotali exeunte Anno*, AAS 102 (2010), nº 1.

¹⁵BENTO XVI, *Ad Sacrorum Alumnos Sacerdotali exeunte Anno*, nº 1.

¹⁶BENTO XVI, *Litteræ Encyclicæ Deus Caritas Est*, AAS 97 (2005), nº 3.

¹⁷BENTO XVI, *Homilæ in Sollemnitæ Sanctorum Petri et Pauli Apostolorum*, 29.VI.2011, AAS 103 (2011), pp. 466.

«na Escritura, nos Sacramentos, no encontro da oração, na comunhão dos Santos, nas pessoas que se aproximam de mim mandadas por Ele»¹⁸.

Nesta pequena reflexão fica claro que a relação com Jesus Cristo é fundante da vida do presbítero pois brota da própria relação Trinitária. O presbítero aproxima-se da Trindade por Jesus Cristo, que revela o Pai (Jo 12,45; 14,9) e envia o Espírito Santo (Lc 24,49) e com Ele estabelece uma relação de amizade. É com esse mesmo Jesus Cristo que o presbítero é, pela Ordenação, configurado de uma maneira muito particular. Contudo a relação com Jesus não começa com a Ordenação, antes, nesta é transformada a relação pessoal que já existia entre o candidato ao Sacerdócio com Jesus Cristo. Mas essa relação, tal como as relações inter-pessoais, tem de ser constantemente alimentada e aprofundada com as ferramentas que a Igreja propõe na sua sabedoria, sob pena de definhar e morrer.

Concluindo, «ser sacerdote significa torna-se amigo de Jesus Cristo, e isto cada vez mais com toda a nossa existência»¹⁹.

2.1.2 Eleição

Olegario de Cardedal, afirma que qualquer crente «tem que poder sentir no fundo da sua alma que Deus o pensou, chamou e enviou a Ele; que conta com ele para assumir um lugar no mundo; que tem uma missão intransmissível na Igreja; que algo ficará por fazer no mundo e na Igreja se não o fizer»²⁰. Nesta expressão encontramos três aspectos que são indissociáveis: Deus pensa, Deus chama e Deus envia o crente.

Por vezes porém, Deus pensa, chama e envia o crente a algo de muito particular: tendo-o pensado no seu desígnio de amor, Deus chama o crente a ser sacerdote da Sua Aliança - da Nova e Eterna Aliança (cf. Lc 22,20; 1Cor 11,25) - e envia-o ao mundo na e através da Sua Igreja. Deus, na sua liberalidade elege, escolhe os presbíteros que entende para estarem ao seu serviço.

¹⁸BENTO XVI, *Homila in Sollemnitate Sanctorum Petri et Pauli Apostolorum*, 29.VI.2011, AAS 103 (2011), pp. 466.

¹⁹HMC, 2006.

²⁰CARDEDAL, *La Entraña del Cristianismo*, p. 32.

Quer na vocação universal de todos, quer na vocação particular do presbítero, há sempre um cunho de eleição da parte de Deus. Vêmos isso por exemplo, nos cinco primeiros versículos da Primeira Carta de Pedro, e vêmo-lo de forma particular para o presbítero no chamamento dos Doze.

A. Feuillet no seu comentário ao Evangelho de S. João, nota que, à excepção de Lc 6,13, o Evangelho de S. João é o único a usar o termo “eleição”, escolha (ἐκλέγομαι) em relação aos Doze: 6,70; 13,18; 15,16 (duas vezes); 15,19. O facto de nestes passos João usar a expressão os “Doze” é já em si um facto relevante, pois João raramente se refere aos Doze como tal²¹, o que indica a especificidade deste grupo. Segundo A. Feuillet, os grandes profetas do Antigo Testamento não eram «instruídos por Yahweh da mesma maneira que os Doze são instruídos por Jesus»²², e também não se apresentavam como eleitos. No Antigo Testamento, a noção de eleição é reservada para «os reis, e os agentes principais da história da salvação (Abraão, Moisés), lugares de culto, os sacerdotes e os Levitas»²³. Isto revela a complexidade da realidade dos Apóstolos: por um lado os Doze são eleitos por Jesus, o que relembra o sacerdócio antigo; por outro, «a eleição dos Doze como grupo foi precedida pelo chamamento individual, o que nos recorda o chamamento dos profetas»²⁴.

A. Feuillet refere ainda que da mesma maneira que Deus tinha os seus enviados, os profetas, por Ele escolhidos, que são a Sua presença junto do povo, também Jesus envia aqueles que escolheu, os Apóstolos, que são Sua presença, de tal maneira que quem os acolhe, acolhe-O a Ele, e quem os rejeita, rejeita-O a Ele (cf. Mt 10,24-25.40; Jo 13,20; 15,20-21)²⁵.

A Eleição nasce unicamente da vontade de Jesus: «Jesus subiu depois a um monte, chamou os que Ele queria [ἦθελεν αὐτός] e foram ter com Ele» (Mc 3,13). J. Ratzinger

²¹Cf. FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 110.

²²FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 110.

²³FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 110.

²⁴FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, pp. 110-111.

²⁵Cf. FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 111.

sublinha fortemente a dinâmica vocacional dos Apóstolos e do ministério sacerdotal. Ele encontra nesta passagem de Mc 3,13 a raiz desta dinâmica:

É em primeiro lugar resposta a um chamamento e aceitação da Sua vontade. Isso é fortemente sublinhado pela expressão *ethelen autos* [ἤθελεν αὐτός]: Ele não chama aqueles que gostam de realizar esta missão ou aqueles que vêm de própria vontade, mas chama aqueles que Ele quer. Assim, para o ministério do Novo Testamento, a resposta ao Seu chamamento e a aceitação da sua vontade é qualquer coisa de essencial. Este serviço não resulta da vontade própria, mas do ouvir que se torna escuta e obediência. Isso provém do *ethelen autos*, da Sua vontade. Já se vê assim uma característica do ministério sacerdotal na Igreja que é fundamental e de grande importância, quer do ponto de vista dogmático quer do espiritual. Este ministério baseia-se na escuta vigilante que se coloca à disposição do Seu chamamento. Baseia-se sobre a atitude do servo que aprendeu a adiar a própria vontade perante a vontade daquele a quem pertence. Para o detentor deste ministério é essencial estar ao serviço duma outra vontade²⁶.

J. Ratzinger, tal como A. Feuillet, também reconhece na dinâmica de chamamento dos Doze, traços do chamamento dos profetas, e traços do chamamento ao sacerdócio Levítico. Para ele, isto reforça a ideia da pessoalidade do chamamento do «ministro de Cristo», à maneira do chamamento pessoal e individual dos profetas²⁷.

No livro *Jesus de Nazaré*, Bento XVI analisa os relatos do chamamento dos Apóstolos partindo da narração de Mc 3,13-19. Acerca da eleição diz-nos ele, comentando Mc 3,13, que «não podemos fazer discípulos por nós mesmos; é um acontecimento de eleição, uma decisão da vontade do Senhor ancorada, por sua vez, na sua união de vontade com o Pai»²⁸. Essa «união de vontade com o Pai» revela-se na oração íntima de Jesus com o Pai. Quando analisa o paralelo em Lucas de Mc 3,13s (Lc 6,12s), que afirma que Jesus passa a noite em oração antes de chamar os Doze, Bento XVI nota:

O chamamento dos discípulos é um acontecimento de oração; são por assim dizer gerados na oração, na intimidade com o Pai. Assim, a vocação dos Doze, muito para além de qualquer aspecto meramente funcional, assume um sentido profundamente teológico: o seu chamamento nasce do diálogo do Filho com o Pai e aí está ancorado²⁹.

Ao continuar a sua análise do texto de Marcos, Bento XVI nota a particularidade da expressão usada em Mc 3,14: «Elegeu [literalmente: “fez” (ἐποίησεν)] Doze, para andarem

²⁶APSG, pp. 391-392.

²⁷Cf. APSG, p. 391.

²⁸JN, 223.

²⁹JN, 222.

com ele e para os enviar», e afirma que «a expressão “fez Doze” [...] nos soa estranha»³⁰. Para Bento XVI, «o evangelista retoma a terminologia do Antigo Testamento para indicar a investidura no Sacerdócio (1Re 12,31; 13,33), caracterizando assim o encargo do apóstolo como ministério sacerdotal»³¹. Mas, tal como já vimos antes noutros autores, «o facto de os escolhidos serem depois nomeados um por um coloca-os em relação com os profetas de Israel, que Deus chama pelo nome»³². Conclui assim Bento XVI que «o ministério apostólico aparece como uma fusão entre missão sacerdotal e missão profética». Nesta linha de pensamento, A. Feuillet afirma que «o sacerdócio dos apóstolos, como o de Cristo, é-nos apresentado como a síntese, a nível superior, das tradições sacerdotal e profética do Antigo Testamento»³³. Isto é relevante para o entendimento do presbiterado, pois este tem a sua raiz no apostolado dos Doze.

Três dias antes de anunciar a sua resignação, Bento XVI visitou o Seminário Maior Romano, e no contexto de uma *Lectio Divina* dos três primeiros versículos da Primeira Carta de S. Pedro, fez estas afirmações que nos parece que resumem não só o pensamento do Papa, mas o seu próprio sentir íntimo acerca da eleição:

Eleitos: este era o título de glória de Israel: nós somos os eleitos, Deus escolheu este pequeno povo não porque somos grandes — diz o Deuterónimo — mas porque Ele nos ama (cf. 7, 7-8). Somos eleitos: isto, agora, S. Pedro transfere-o para todos os baptizados, e precisamente o conteúdo dos capítulos iniciais da sua Primeira Carta diz que os baptizados entram nos privilégios de Israel, são o novo Israel. Eleitos: parece-me que vale a pena reflectir sobre estas palavras. Somos eleitos. Deus conheceu-nos desde sempre, antes do nosso nascimento, da nossa concepção; Deus quis-me cristão, católico, quis-me sacerdote. Deus pensou em mim, procurou-me entre milhões, entre muitos, viu-me e elegeu-me, não pelos meus merecimentos que não existiam, mas pela sua vontade; quis que eu fosse portador da sua eleição, que é sempre também missão, sobretudo missão, e responsabilidade pelos outros. Eleitos: devemos estar gratos e jubilosos por este facto. Deus pensou em mim, escolheu-me como católico, como portador do seu Evangelho, como sacerdote. Parece-me que vale a pena reflectir diversas vezes sobre isto, e entrar de novo neste facto da sua eleição: elegeu-me, quis-me; agora eu respondo.

Talvez hoje sejamos tentados a dizer: não queremos ser jubilosos por termos sido eleitos, seria triunfalismo. Seria triunfalismo se pensássemos que Deus me elegeu porque eu já sou tão grande. Isto seria realmente triunfalismo errado. Mas estar alegre porque Deus me quis não é triunfalismo, é gratidão, e penso que devemos reaprender esta alegria: Deus quis que eu nascesse assim, numa família católica, que conhecesse Jesus desde o início. Que dom ser

³⁰JN, 223.

³¹JN, 223.

³²JN, 223.

³³FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 178.

querido por Deus, de modo que pude conhecer o seu rosto, que pude conhecer Jesus Cristo, o rosto humano de Deus, a história humana de Deus neste mundo! Sentir-se jubiloso porque me elegeu para ser católico, para estar nesta sua Igreja, onde *subsistit Ecclesia unica*; devemos ser jubilosos porque Deus me concedeu esta graça, esta beleza de conhecer a plenitude da verdade de Deus, a alegria do seu amor³⁴.

Neste texto encontramos sintetizados e colocados de forma simples, mas muito profunda, vários aspectos que já vimos anteriormente, e que agora, colocados desta forma, como que se dão sentido e iluminam.

Bento XVI reflecte sobre a eleição, começando por referir que todos os cristãos são eleitos por Deus, eleitos precisamente para ser baptizados, cristãos, seus discípulos. Depois, a partir desta eleição primordial há vários tipos de eleição: Deus elege cada um dos baptizados para algo. Notemos que o Papa realça o cunho pessoal dessa eleição: Deus pensa, escolhe e envia pessoalmente a cada um. Pelas suas palavras, podemos ver que isso é essencial para o presbítero, pois Deus, partindo do seu desígnio de amor elege, escolhe pessoalmente o presbítero para Si. Ao baptizado que se descobriu chamado cabe depois a sua resposta.

No primeiro capítulo, vimos na noção de consagração que esta implica sempre uma missão que é intrínseca à própria consagração. Nesta reflexão de Bento XVI, podemos perceber que o mesmo acontece com a eleição: é-se eleito para uma missão e este aspecto é intrínseco à eleição. No caso específico do presbítero, acontece que o eleito é também consagrado, o que faz com que as duas realidades estejam relacionadas. Neste sentido, referindo-se aos Apóstolos, A. Feuillet entende que a consagração que Jesus pede ao Pai para os Apóstolos em Jo 17 é o culminar de um caminho que começou com a sua eleição e separação do grupo, mais alargado, dos discípulos³⁵.

Um último aspecto deste texto que achamos importante realçar é a profunda gratidão que o eleito deve sentir e que se deve manifestar em alegria. Desde o baptizado ao presbítero, a gratidão de se sentir amado, pensado, querido por Deus para ser seu discípulo,

³⁴BENTO XVI, *Dum Summus Pontifex Seminarium Maiorem Romanum invisit occasione festivitatis B.V. Marie «Fiducia»*, 8.II.2013, AAS 105, (2013), pp. 279-280.

³⁵Cf. FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 110.

pertencer à sua Igreja, e no mundo desempenhar a missão que Ele pede pessoalmente não pode ser escondida, antes deve-se manifestar em alegria.

2.2 O Rito de Ordenação

Depois de termos visto como Bento XVI entende a vocação partindo da relação pessoal com Cristo e da eleição, passemos agora a analisar o rito de Ordenação, com a qual é ordenado aquele que na sua relação com Jesus se sentiu por Ele chamado e eleito ao sacerdócio, com a ajuda do discernimento da Igreja.

2.2.1 Sacramento

«A Ordem é o sacramento graças ao qual a missão confiada por Cristo aos Apóstolos continua a ser exercida na Igreja, até ao fim dos tempos: é, portanto, o sacramento do ministério apostólico. E compreende três graus: o episcopado, o presbiterado e o diaconado»³⁶.

Não procuramos aqui fazer uma análise sacramental, apenas afirmar que a Sacramentalidade da Ordem é importante para a reflexão que estamos a fazer, pois pela recepção deste sacramento, no grau do presbiterado, o baptizado passa a estar configurado com Cristo Cabeça e Pastor da Igreja, passa a ser Sua representação e a agir em Seu nome. Neste sentido, diz-nos o Papa João Paulo II na *Exortação Apostólica pós-sinodal Pastores Dabo Vobis*:

Os presbíteros são, na Igreja e para a Igreja, uma representação sacramental de Jesus Cristo Cabeça e Pastor, proclamam a Sua palavra com autoridade, repetem os seus gestos de perdão e oferta de salvação, nomeadamente com o Baptismo, a Penitência e a Eucaristia, exercitam a sua amável solicitude, até ao dom total de si mesmos pelo rebanho que reúnem na unidade e conduzem ao Pai por meio de Cristo no Espírito. Numa palavra, os presbíteros existem e agem para o anúncio do Evangelho ao mundo e para a edificação da Igreja em nome e na pessoa de Cristo Cabeça e Pastor³⁷.

³⁶ *CatIC*, nº 1536.

³⁷ *PDV*, nº 15.

No seguimento da Tradição da Igreja acerca da matéria e da forma dos sacramentos, Pio XII, quando reforma o Sacramento da Ordem afirma que:

A matéria do Diaconado e do Presbiterado é constituída apenas pela imposição das mãos e a forma consiste somente nas palavras que determinam a aplicação da matéria e que significam de modo claro os efeitos sacramentais, isto é, o poder da Ordem e a graça do Espírito Santo, e como tais são aceites e usadas pela Igreja³⁸.

Nesta linha, José Cordeiro diz-nos que «o sinal sensível do gesto da imposição das mãos e a palavra epiclética da oração de Ordenação são o rito essencial da sacramentalidade»³⁹.

Procuremos assim aprofundar um pouco mais o rito da Ordenação em si, para daí retirar as consequências para o nosso tema específico. Não fazemos uma análise da evolução histórica do ritual da Ordenação, mas focamo-nos apenas no ritual actual, promulgado por Paulo VI em 1968.

2.2.2 Estrutura

Começamos por apresentar a estrutura do Ritual de Ordenação do Presbítero.

- Ritos iniciais.
- Liturgia da Palavra.
- Liturgia da Ordenação:
 - Ritos Preparatórios
 - * Eleição:
 - Chamada dos candidatos.
 - Apresentação dos candidatos.
 - Eleição pelo Bispo e assentimento do povo.
 - * Homilia.
 - * Promessas:
 - Promessas do eleito.
 - Promessa de obediência.
 - * Súplica litânica:
 - Convite à Oração.
 - Litania.
 - Oração conclusiva.

³⁸PIO XII, *Constitutio Apostolica Sacramentum Ordinis*, AAS 40 (1948), nº 6.

³⁹CORDEIRO, JOSÉ MANUEL, *O Padre. Do mistério ao ministério*, [Lisboa], Pedra Angular, [2009], p. 13.

- Imposição das mãos e Oração de Ordenação:
 - * Imposição das mãos.
 - * Oração de Ordenação.
- Ritos Explicativos:
 - * Imposição da casula e da estola.
 - * Unção das mãos.
 - * Entrega do Pão e do Vinho.
 - * Ósculo da paz.
- Liturgia Eucarística
- Ritos de Conclusão:
 - Bênção solene.
 - Despedida.

2.2.3 Eleição

Vimos anteriormente que a eleição é um aspecto essencial não só para o crente, mas de forma particular do presbítero. Essa eleição é traduzida no Ritual de Ordenação.

Um Diácono chama pelo nome cada um dos candidatos: «Aproxime-se os que vão ser ordenados presbíteros» e diz o nome de cada um dos candidatos, ao que cada um responde: «presente»⁴⁰.

Em seguida um presbítero anteriormente designado para o efeito pede ao Bispo em nome da Igreja que ordene os candidatos: «Reverendíssimo Padre: pede a Santa Mãe Igreja que ordeneis estes nossos irmãos para o ministério do presbiterado».

Então o Bispo pergunta: «Sabeis se eles são dignos?» Ao que o presbítero referido responde: «Segundo o testemunho do povo cristão e o parecer dos responsáveis que o apresentam, atesto que foram considerados dignos». Então o Bispo continua: «Com o auxílio de Deus e de Jesus Cristo nosso Salvador, escolhemos estes nossos irmãos para a Ordem dos presbíteros», e todos respondem: «Graças a Deus»⁴¹.

Esta fórmula traduz o que vimos anteriormente: não é o candidato que se propõe sem mais; antes, é escolhido por Deus, através da Igreja. Deus, que conhece e chama cada um pelo nome, chama, aqui, pelo boca do Diácono, cada um dos candidatos ao presbiterado. O

⁴⁰Cf. *OBPD*, nº 121 e 149.

⁴¹Cf. *OBPD*, nº 122 e nº 150.

«povo cristão», os «responsáveis que o apresentam» e o próprio presbítero que estabelece este diálogo com o Bispo, atestam que o candidato é digno, isto é, reconhecem que este foi chamado por Deus e respondeu positivamente a esse chamamento, preparando-se e deixando-se formar pela Igreja para tal. Por fim, o próprio Bispo verbaliza essa eleição: «escolhemos estes nossos irmãos». Note-se o carácter profundamente eclesial desta eleição⁴², pois «a Igreja local pede ao Bispo que ordene os candidatos»⁴³: o povo, os responsáveis que apresentam o candidato e o Bispo, em conjunto, sob a acção do Espírito Santo, nesta fórmula ritual, reconhecem e tornam presente a eleição por Deus do candidato ao presbiterado.

Este carácter de eleição é também referido na Oração Colecta da Missa de Ordenação dos Presbíteros:

Senhor nosso Deus, que para governar o povo cristão,
Vos quiseste servir do ministério dos sacerdotes,
condecei a este[s] diácono[s] da Igreja,
que hoje vos dignais escolher
para ser[em] ordenado[s] presbítero[s],
a graça de perseverar[em] até ao fim
no cumprimento da vossa vontade,
de modo que, no exercício do seu ministério ena sua vida,
busque[m] sempre em Cristo a vossa glória.
Por Nosso Senhor [...]»⁴⁴.

Para Bento XVI, neste ritual da eleição, quando o candidato responde «presente» (*adsum*) está a responder da mesma maneira que «Isaías, quando ouviu a voz de Deus que perguntava: “Quem enviarei eu? E quem irá por mim?” “Eis-me aqui, enviai-me” respondeu Isaías (Is 6,8)»⁴⁵.

⁴²CF. WOOD, SUSAN K., *El Sacramento del Orden. Una vision teológica desde la liturgia*, Barcelona, Centre de Pastoral Litúrgica, [2008], pp. 110-111.

⁴³JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 58.

⁴⁴*Missa Ritual de Ordenação dos Presbíteros*, in *Missal Romano*, Segunda Edição Típica, Conferência Episcopal Portuguesa, Gráfica de Coimbra, 1992, p. 1087.

⁴⁵HMC, 2008.

2.2.4 Homilia

O Ritual propõe uma homilia que visa acima de tudo «esclarecer o *múnus* do presbítero»⁴⁶. Nesta homilia procura-se transmitir a natureza sacerdotal do presbítero. O presbítero está ancorado no Sacerdócio de Cristo, único Sacerdote. Realça-se ainda a ligação do presbítero ao Bispo, que é por sua vez, Sucessor dos Apóstolos. Jesus Cristo, único sacerdote, quis associar a si, para que pudessem continuar a Sua obra, alguns dos que andavam consigo. Estes, por sua vez, escolherem outros que os auxiliassem. Desta maneira, a obra começada por Jesus é continuada ao longo da história da humanidade⁴⁷.

Podemos ver nas homilias das celebrações de Ordenações a que presidiu, que Bento XVI «executa» com mestria aquilo que o ritual pede que a homilia da Ordenação seja.

2.2.5 Promessas

As promessas «expressam os valores inseridos no ministério sacerdotal: trabalhar com o Bispo, pregar, celebrar os sacramentos, orar e imitar Cristo»⁴⁸. Mediante a resposta às questões colocadas, o candidato «manifesta diante do povo o propósito de receber o ministério»⁴⁹ e de assumir «a função de presbítero»⁵⁰. O futuro presbítero faz as suas promessas sob a forma de resposta às questões colocadas pelo Bispo:

Filhos caríssimos: Antes de serdes admitidos à Ordem dos presbíteros, deveis manifestar diante do povo o propósito de receber este ministério.

- Quereis exercer sempre o ministério do sacerdócio no grau de presbíteros, como zelosos cooperadores da Ordem dos Bispos, apascentando a grei do Senhor sob a acção do Espírito Santo?
(Os eleitos:) Sim quero.
- Quereis exercer digna e sabiamente o ministério da palavra, na pregação do Evangelho e na exposição da fé católica?
(Os eleitos:) Sim, quero.
- Quereis celebrar com fé e piedade os mistérios de Cristo, segundo a tradição da Igreja, para louvor de Deus e santificação do povo cristão, principalmente no sacrifício da Eucaristia e no sacramento da reconciliação?

⁴⁶JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 58.

⁴⁷Cf. SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, pp. 111-112 e JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 58.

⁴⁸Cf. SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 112.

⁴⁹JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 60.

⁵⁰SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 112.

(Os eleitos:) Sim, quero

- Quereis implorar, juntamente connosco, a misericórdia divina para o povo a vós confiado, cumprindo sem desfalecer o mandato de orar?

(Os eleitos:) Sim, quero.

- Quereis unir-vos cada vez mais a Cristo, Sumo Sacerdote, que por nós Se ofereceu ao Pai como vítima santa, e com Ele consagrar-vos a Deus para salvação dos homens?

(Os eleitos:) Sim, quero⁵¹.

À promessa de reverência e de obediência ao Bispo Diocesano, pela sua natureza, dá-se um cuidado especial. Se as cinco respostas anteriores, se houver mais que um eleito, podem ser dadas em conjunto pelos eleitos estando estes de pé, esta resposta é dada de joelhos diante do Bispo, individualmente, e é «acompanhada do gesto de pôr as próprias mãos juntas com as mãos do Bispo»⁵². Desta forma o eleito responde à pergunta colocada pelo Bispo:

- Prometes-me a mim, e aos meus sucessores, reverência e obediência?

(O eleito:) Prometo⁵³.

As promessas sacerdotais mostram o carácter «colegial do presbiterado em união e serviço ao Bispo»⁵⁴. Pela ordem em que surgem as questões nota-se a prioridade dada à pregação e ao exercício do ministério sacramental. Esta formulação faz ainda ressaltar a ligação do presbítero com aqueles que lhe são confiados, ligação essa que começa pela oração por eles⁵⁵.

A união íntima com Jesus Cristo que, como vimos, brota da relação de amizade estabelecida pelo eleito ao longo da sua vida, é também realçada pelas promessas sacerdotais. Acerca desta promessa diz-nos Bento XVI:

Com efeito, o presbítero é aquele que é inserido de um modo singular no mistério do Sacrifício de Cristo, mediante uma união pessoal com Ele, para prolongar a sua missão salvífica. Esta união, que se verifica graças ao Sacramento da Ordem, exige que se torne «cada vez mais estreita», pela correspondência generosa do próprio sacerdote. Por isso, amados Ordinandos,

⁵¹Cf. *OBPD*, nº 124 e nº 152.

⁵²JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 61.

⁵³Cf. *OBPD*, nº 125 e nº 153.

⁵⁴SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 112.

⁵⁵Cf. SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, pp. 112-113 e JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 61.

daqui a pouco vós respondereis a esta pergunta, dizendo: «Sim, com a ajuda de Deus, eu quero»⁵⁶.

Esta união com Cristo é considerada por Bento XVI como que consequência da Oração Sacerdotal que analisámos no primeiro capítulo:

Consagra-os na verdade quer dizer, fundamentalmente: torna-os um só comigo, Cristo. Une-os a Mim. Atrai-os para dentro de Mim. E de facto, em última análise, há apenas um único sacerdote da Nova Aliança: o próprio Jesus Cristo. E, por conseguinte, o sacerdócio dos discípulos só pode ser participação no sacerdócio de Jesus. Portanto o nosso ser sacerdotes nada mais é que um novo e radical modo de unificação com Cristo. Esta foi-nos substancialmente concedida para sempre no Sacramento. Mas este novo timbre do ser pode tornar-se para nós um juízo de condenação, se a nossa vida não se desenvolve entrando na verdade do Sacramento⁵⁷.

Esta união com Cristo tem assim a sua raiz no Sacramento recebido, que insere o presbítero no único sacerdócio que é o de Cristo, do qual o presbítero é participante.

2.2.6 Súplica Litânica

A Súplica Litânica «é uma oração da Igreja Universal, é cantada sobre o eleito enquanto está prostrado em terra»⁵⁸. Nesta, «a Igreja implora [...] a graça de Deus para os candidatos»⁵⁹.

Na litania nota-se não só a Eclesialidade da Igreja terrena, mas a sua união à Igreja celeste, estas unem-se pedindo a intercessão dos Santos, para que Deus se digne «abençoar, santificar e consagrar» os eleitos⁶⁰.

2.2.7 Imposição das mãos e Oração de Ordenação

A imposição das mãos e a oração de ordenação são o cume do rito de Ordenação. Aliás como vimos, é esta unidade entre o gesto da imposição e a oração que constitui a matéria e forma do sacramento e lhe dá o valor sacramental, pois «esta forma litúrgica da imposição das mãos do Bispo e a oração é própria da transmissão dos ministérios ordenados. Este

⁵⁶HMO, 2012.

⁵⁷HMC, 2009.

⁵⁸SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 114.

⁵⁹JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 61.

⁶⁰Cf. *OBPD*, nº 127, 155.

rito não é só um gesto e um rito exterior, mas confere um dom sobrenatural particular»⁶¹.
É com este gesto que é transmitido ao presbítero o dom do Espírito Santo⁶².

a) Imposição das mãos

O Bispo impõe as mãos sobre a cabeça do eleito em silêncio seguindo-se-lhe os presbíteros presentes⁶³. S. Hipólito, na *Tradição Apostólica* explica assim o gesto da imposição das mãos:

Sobre o presbítero, imponham também os presbíteros as mãos, por causa do Espírito comum e semelhante do seu cargo. Os presbíteros têm somente o poder de receber (o Espírito), mas não têm o poder de o dar. Por isso não instituem os clérigos. No entanto, na ordenação do presbítero, eles fazem o gesto enquanto o bispo ordena⁶⁴.

É clara a ligação do gesto da imposição das mãos com a transmissão do Espírito Santo. É pelas mãos do Bispo que se transmite o Espírito Santo, enquanto os presbíteros pelo mesmo gesto manifestam o acolhimento àquele que recebeu o mesmo Espírito⁶⁵. Esta ligação é também afirmada por Bento XVI. A imposição das mãos em união à oração de Ordenação transmite o Espírito Santo:

Efectivamente, é o gesto fulcral também do rito de Ordenação, mediante o qual daqui a pouco conferirei aos candidatos a dignidade presbiteral. É um sinal inseparável da oração, da qual constitui um prolongamento silencioso. Sem pronunciar palavra, o Bispo consagrante e depois dele os outros sacerdotes impõem as mãos na cabeça dos Ordenandos, expressando assim a invocação a Deus para que derrame o seu Espírito sobre eles e os transforme, tornando-os partícipes do Sacerdócio de Cristo. Trata-se de poucos segundos, um tempo brevíssimo, mas repleto de extraordinária densidade espiritual⁶⁶.

O significado do gesto da imposição das mãos é explicado pelo Papa da seguinte forma:

O Senhor impôs a suas mãos sobre nós. E expressou o significado deste gesto com as seguintes palavras: “Já não vos chamo servos, visto que o servo não está ao corrente do que faz o seu senhor; mas a vós chamei-vos amigos, porque dei a conhecer tudo o que ouvi de meu Pai”

⁶¹JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 62.

⁶²Cf. SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 114 e JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 62.

⁶³Cf. *OBPD*, nº 129-130 e 157-158.

⁶⁴HIPÓLITO DE ROMA, *Tradição Apostólica*, in, SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA, *Antologia Litúrgica. Textos litúrgicos, patrísticos e canónicos do primeiro milénio*, Fátima, Secretariado Nacional de Liturgia, [2003], nº 782.

⁶⁵Cf. SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, pp. 114-115.

⁶⁶HMO, 2008.

(Jo 15,15.). Já não vos chamo servos, mas amigos: nestas palavras poder-se-ia chegar a ver a instituição do sacerdócio⁶⁷.

Bento XVI faz ainda uma segunda leitura acerca da imposição das mãos, que podemos relacionar com a noção de santificação que vimos no primeiro capítulo:

No centro encontra-se o antiquíssimo gesto da imposição das mãos, com o qual Ele tomou posse de mim, dizendo-me: "Tu pertences-me". Mas com isto disse também: "Tu estás sob a protecção das minhas mãos. Tu encontras-te sob a protecção do meu coração. Tu estás conservado na palma da minha mão e é precisamente assim que te encontras na vastidão do meu amor. Permanece no espaço das minhas mãos e dá-me as tuas"⁶⁸.

b) Oração de Ordenação

No rito de Ordenação, depois da imposição das mãos, segue-se a Oração de Ordenação⁶⁹, que está em união com a imposição das mãos.

A oração de ordenação «está dividida em três grandes secções: *anamnesis*, *epiclesis* e *aitesis* ou *petitio*, com uma invocação e uma doxologia»⁷⁰.

Na invocação com que a oração inicia, é exposto o princípio «teológico geral: Deus, criador e salvador dispõe os ministros para formar o povo sacerdotal»⁷¹:

Senhor, Pai santo, Deus eterno e onnipotente,
atendei e estai connosco.
Sois Vós o autor da dignidade humana,
o distribuidor de todas as graças,
por Vós crescem e se tornam firmes todas as coisas.
Para formar o povo sacerdotal,
Vós lhe dais e estabeleceis em diversas Ordens,
os ministros de Cristo, vosso Filho,
pelo poder do Espírito Santo⁷².

Este texto tem um sentido universal, pois nele, «Deus é chamado autor da dignidade humana e distribuidor de todas as graças»⁷³. Reconhecem-se aqui influências da declaração

⁶⁷HMC, 2006.

⁶⁸HMC, 2006.

⁶⁹Cf. *OBPD*, nº 131 e 159.

⁷⁰JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 62. Nesta parte da nossa reflexão, seguiremos de perto este texto de José Manuel Cordeiro.

⁷¹JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 62.

⁷²Cf. *OBPD*, nº 131 e nº 159.

⁷³JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 63.

do Concílio Vaticano II, *Dignitatis humanae*, e do texto de paulino de 1Cor 12, 4-6⁷⁴. Encontramos também nesta invocação a finalidade do ministério presbiteral: «a formação do povo sacerdotal»⁷⁵.

Depois da invocação inicial, segue-se a *anamnesis*. Nesta, «a tipologia parte da Antiga Aliança, de Moisés e Aarão, que associam a si colaboradores a quem Deus infunde o dom do Espírito»⁷⁶. «Os filhos de Aarão e os setenta homens prudentes prefiguram os presbíteros como colaboradores do Bispo»⁷⁷:

Já na antiga Aliança se desenvolveram funções sagradas
que eram sinais do sacramento novo.
A Moisés e a Aarão,
que pusestes à frente do povo
para o conduzirem e santificarem,
associastes como seus colaboradores
outros homens também escolhidos por Vós.
No deserto, comunicastes o espírito de Moisés
a setenta homens prudentes,
com o auxílio dos quais
ele governou mais facilmente o vosso povo.
Do mesmo modo as graças abundantes
concedidas a Aarão,
Vós as transmitistes a seus filhos,
a fim de não faltarem sacerdotes, segundo a Lei,
para oferecer os sacrifícios do templo,
sombra dos bens futuros⁷⁸.

De seguida temos uma segunda tipologia: a tipologia do Novo Testamento, que situa «os presbíteros como os cooperadores dos Apóstolos, que diz respeito à função do ensino, para chegar à Nova Aliança, na qual Deus enviou o seu Filho, Jesus Cristo, fonte do Sacerdócio, por meio do Espírito Santo, que torna os Apóstolos participantes da sua missão, consagrando-os na verdade»⁷⁹:

Nos últimos tempos, Pai Santo,
enviastes ao mundo o vosso Filho Jesus,
Apóstolo e Pontífice da nossa fé.

⁷⁴Cf. JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 63, nota 118.

⁷⁵JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 63.

⁷⁶JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 64.

⁷⁷SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 119.

⁷⁸Cf. *OBPD*, n° 131 e n° 159.

⁷⁹JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 65.

Ele a Si mesmo Se ofereceu a Vós,
pelo Espírito Santo,
como vítima imaculada,
e tornou participantes da sua missão, os seus Apóstolos,
santificados na verdade;
a eles Vós juntastes outros companheiros,
para anunciarem e realizarem, por todo o mundo,
a obra de salvação⁸⁰.

A estrutura da anamnese «é descendente, ou seja, parte do Pai que envia o Filho ao mundo e torna os Apóstolos participantes da sua missão, os quais por sua vez agregam a si outros colaboradores no ministério»⁸¹.

A relação do sacerdócio da Antiga Aliança com o sacerdócio da Nova Aliança está plasmada na *anamnesis*, e nela encontramos também a referência a Jo 17, 17, «consagra-os na verdade», razão pela qual a reflexão que Bento XVI faz acerca de Jo 17, que vimos no primeiro capítulo, é tão importante: nela vemos como Jesus assume, plenifica e transfigura o sacerdócio da Antiga Aliança, tornando-se o único e Sumo Sacerdote da Nova Aliança, e como Ele torna os Apóstolos participantes desse seu sacerdócio, e percebemos as consequências que isso tem para o entendimento do ministério presbiteral.

Seguindo-se à *anamnesis*, a *epiclesis* «é o núcleo do toda a oração, no qual se pede a presença e acção do Espírito Santo, para que desça, com a sua força, sobre os eleitos e realize a obra salvífica de Deus»⁸²:

Agora, Senhor,
concedei também, à nossa fragilidade,
estes cooperadores, pois deles carecemos
no desempenho do sacerdócio apostólico.
Nós Vos pedimos, Pai todo-poderoso,
constituí estes vossos servos na dignidade de presbíteros;
renovai em seus corações o Espírito de santidade;
obtenham, ó Deus,
o segundo grau da Ordem sacerdotal
que de Vós procede,
e a sua vida seja exemplo para todos⁸³.

⁸⁰Cf. *OBDP*, nº 131 e nº 159.

⁸¹JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 65.

⁸²JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 66.

⁸³Cf. *OBDP*, nº 131 e nº 159.

A estrutura da *epiclese*, onde se se distinguem os graus do Sacramento da Ordem, reflecte «o que foi prefigurado» nas «tipologias bíblicas» que vimos⁸⁴. Nela dá-se uma actualização das figuras do Antigo e do Novo Testamento, invocando-se o Pai para que este conceda «a dignidade de presbíteros e a renovação do espírito de santidade no coração dos que recebem a dignidade presbiteral»⁸⁵.

A *epiclese* situa o sacerdócio do presbítero no sacerdócio de Cristo⁸⁶, embora não haja «uma clara explicitação da dimensão cristológica, de cujo único sacerdócio de Cristo, participam os presbíteros»⁸⁷. Esta está presente, mas como que velada.

É ainda acentuada pela *epiclese* a relação e dependência do ministério presbiteral do ministério episcopal através da reinterpretação das tipologias que vimos acima, como nos diz José Cordeiro:

A interpretação desta tipologia do Antigo Testamento e do Novo Testamento, de Moisés, de Aarão e dos Apóstolos em relação com os setenta anciãos escolhidos por Moisés, os filhos de Aarão e os colaboradores dos Apóstolos, evidenciam a cooperação dos presbíteros com o bispo, como os setenta anciãos, como os filhos de Aarão, e como os colaboradores dos Apóstolos. Os presbíteros estão, portanto, ligados ao bispo e são uma ajuda no governo da Igreja, no ofício sacerdotal e no ministério da pregação e evangelização⁸⁸.

Pela interpretação das tipologias que analisámos, percebe-se a diferenciação dos graus da ordem, pois «esta incidência de subordinação sacramental projecta-se na tipologia bíblica utilizada»⁸⁹.

Na *epiclese* torna-se evidente o carácter pneumatológico que perpassa toda a Ordenação, como nos aponta José Cordeiro:

O agir de Deus envolve sempre a pessoa do Espírito Santo. O dinamismo pneumatológico torna a ordenação como uma *epiclese* que se realiza tanto na eleição dos candidatos, como na invocação e efusão do Espírito sobre os eleitos, desenvolvendo verbalmente o gesto central da sacramentalidade, considerando-se esta como dom do Espírito Santo. Por conseguinte, a oração de ordenação é súplica de consagração ou de bênção divina, de modo especial, a bênção do Espírito Santo⁹⁰.

⁸⁴Cf. JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 66.

⁸⁵JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 66.

⁸⁶Cf. SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 119.

⁸⁷JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 67.

⁸⁸JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 67.

⁸⁹JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 67. Cf. SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 120-121.

⁹⁰JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 67.

Esta clara incidência pneumatológica da oração de Ordenação «reflecte a sua natureza epiclética e corrige uma negligência, frequentemente percebida, do Espírito no Rito romano»⁹¹. Note-se que na oração de Ordenação o Espírito Santo (ou de santidade) é referido cinco vezes: é o Espírito Santo que provê os ministros de Cristo para a Igreja em ordem à construção do povo sacerdotal; é através do Espírito Santo que Jesus se oferece como «vítima imaculada»⁹²; pede-se ao Pai que renove o «Espírito de Santidade»⁹³ no coração do futuro presbítero; é através do Espírito Santo que «as palavras do Evangelho»⁹⁴ frutificam; por fim, o Espírito Santo está também presente na doxologia final⁹⁵.

O pedido específico pelo Espírito de Santidade faz ressaltar uma função ministerial importante para o presbiterado: a função santificadora do presbítero⁹⁶.

Depois da *epiclesis* vem a *aiteses* ou *petitio*:

Sejam cooperadores zelosos da nossa Ordem,
a fim de que, pela sua pregação,
as palavras do Evangelho frutifiquem,
pela graça do Espírito Santo,
nos corações dos homens,
e cheguem até aos confins do mundo.
Sejam, juntamente connosco,
fiéis dispensadores dos vossos mistérios,
para que o povo que Vos pertence
renasça pelo banho da regeneração
e se alimente do vosso altar,
os pecadores se reconciliem
e os enfermos encontrem alívio.
Unam-se a nós, Senhor,
para invocar a vossa misericórdia
pelo povo a eles confiado
e em favor do mundo inteiro.
Assim todas as nações,
congregadas em Cristo,
se hão-de converter num só povo que vos pertença,
e consumir-se no vosso Reino.
Por Nosso Senhor Jesus Cristo, vosso Filho,
que é Deus convosco na unidade do Espírito Santo⁹⁷.

⁹¹SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 123.

⁹²Oração de Ordenção, *OBPD*, nº 131 e 159.

⁹³Oração de Ordenção, *OBPD*, nº 159.

⁹⁴Oração de Ordenção, *OBPD*, nº 131 3 159.

⁹⁵Cf. SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 123.

⁹⁶Cf. SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 122.

⁹⁷*OBPD*, nº 131 e 159.

Na *aitesis* realça-se novamente a ligação do presbítero ao bispo, desta vez sob a forma de petições: «Sejam cooperadores zelosos da nossa Ordem [...]; Sejam, juntamente conosco, fiéis dispensadores dos vossos mistérios [...]; Unam-se a nós, Senhor, para invocar a vossa misericórdia»⁹⁸. Este «escalonamento dos três “*sint*”⁹⁹ unidos a “*nostrum/nobiscum/nobis*” [...] explicitam a colaboração estreita com o Bispo, como configuração do ministério pastoral mais global»¹⁰⁰. Ao começar esta parte da oração com a petição para que os presbíteros «sejam cooperadores zelosos da»¹⁰¹ Ordem episcopal, torna-se evidente que «a relação com o bispo fundamenta e precede qualquer ministério presbiteral»¹⁰².

Pela análise ao conteúdo da *aitesis*, vemos que esta «corresponde directamente com as promessas feitas pelo eleito»¹⁰³ aquando dos ritos preparatórios: «colaborar com os bispos, pregar, administrar os mistérios de Deus através do ministério sacramental, e implorar a misericórdia de Deus sobre o povo que lhe foi confiado»¹⁰⁴. Desta maneira evidenciam-se «os três aspectos fundamentais do ministério presbiteral: 1) ministros da palavra; 2) dispensadores dos mistérios-sacramentos; 3) ministério da oração»¹⁰⁵. Estes aspectos/tarefas, «correspondem à tríplice função do ensino, santificação e presidência pastoral»¹⁰⁶, que brotam de Cristo Sacerdote, Profeta e Rei. Constata-se ainda a diferença entre o presbiterado e as tipologias do Antigo Testamento que vimos anteriormente, pois «os anciãos colaboradores de Moisés e os filhos de Aarão não exerceram as três funções»¹⁰⁷.

Repare-se que o «primado dos ministérios é o da evangelização»¹⁰⁸. Esta prioridade, que advém da prioridade que Jesus e os Apóstolos davam «à pregação e ao ensino»¹⁰⁹, é continuada pela Igreja, pois esta «encontra a sua verdadeira identidade na missão evangeli-

⁹⁸ *OBPD*, nº 131 e 159.

⁹⁹ *Sint probi cooperatores nostri...; sint nobiscum fideles dispensatores...; sint nobis iuncti...*

¹⁰⁰ JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 69.

¹⁰¹ *OBPD*, nº 131 e 159.

¹⁰² SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 122.

¹⁰³ SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 123.

¹⁰⁴ SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 123.

¹⁰⁵ JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 70.

¹⁰⁶ SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 123.

¹⁰⁷ SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 121.

¹⁰⁸ JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 70.

¹⁰⁹ JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 70.

zadora»¹¹⁰. Assim, «o ministério presbiteral estende-se para além da Igreja rumo ao Reino de Deus, já que reúne a todas as nações num único povo santo em Cristo para completar o Reino»¹¹¹.

O segundo ministério fundamental que a oração evidencia é a «pastoral sacramental»¹¹² que é inseparável do ministério da palavra¹¹³. Em terceiro lugar surge o ministério da oração pelo povo e pelo mundo, mostrando uma abertura «à dimensão escatológica»¹¹⁴.

Pela análise, ainda que breve, que fizemos da oração de Ordenação, podemos perceber a importância teológica que esta tem para o entendimento do presbiterado. Nela descobrimos «os modelos configuradores do presbítero»¹¹⁵: na *anamnesis* o presbítero é inserido na história da salvação, relacionando e distinguindo o sacerdócio da Antiga do da Nova Aliança; na *epiclesis* percebe-se que o sacerdócio ministerial brota do único Sacerdócio de Cristo e é continuado hoje no tempo e na história no presbiterado unido ao episcopado; da *epiclesis*, retiram-se ainda os aspectos essenciais da vida do presbítero: governo, culto e ensino; na *aitesis*, sob a forma de súplica, encontramos a especificação do ministério presbiteral: ministro da Palavra, dispensador dos sacramentos e ministro de oração¹¹⁶.

Com a oração de Ordenação é determinada a «significação da imposição das mãos»¹¹⁷, constituindo-se assim o centro do rito da Ordenação, elemento essencial e constitutivo da sua sacramentalidade.

Bento XVI vê a oração de Ordenação e o gesto da imposição das mãos como duas realidades inseparáveis: o gesto da imposição das mãos «é um sinal inseparável da oração, da qual constitui um prolongamento silencioso»¹¹⁸.

¹¹⁰JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 70.

¹¹¹SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 123.

¹¹²JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 70.

¹¹³Cf. JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 70.

¹¹⁴JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 69.

¹¹⁵JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 70.

¹¹⁶Cf. JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, pp. 70-71.

¹¹⁷JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 71.

¹¹⁸HMO, 2008.

Na primeira parte, vimos como Bento XVI considera a Oração Sacerdotal de Jo 17 como o momento da instituição do sacerdócio dos apóstolos e do sacerdócio neotestamentário. Afirma ele:

Se, com a consagração dos discípulos na Verdade, se trata, em última análise, da participação na missão sacerdotal de Jesus, então podemos entrever nestas palavras do *Evangelho de João* a instituição do sacerdócio dos apóstolos, do sacerdócio neotestamentário que, no mais profundo de si mesmo, é um serviço à verdade¹¹⁹.

Agora, neste capítulo, vemos como na oração de Ordenação encontramos ecos deste texto. Podemos afirmar que, hoje, a oração de Ordenação é a continuação pela Igreja, através das palavras que o Bispo profere, da oração Sacerdotal de Jesus, na qual Ele consagra os seus Apóstolos e institui o sacerdócio neotestamentário: «“consagra-os na verdade”»: isto é a integração dos apóstolos no sacerdócio de Jesus Cristo, a instituição do seu sacerdócio novo para a comunidade dos fiéis de todos os tempos. “Consagra-os na verdade»: esta é a verdadeira oração de consagração pelos apóstolos»¹²⁰. Temos aqui a ligação íntima entre a Oração Sacerdotal e a oração de Ordenação. Através da leitura que Bento XVI faz da primeira, podemos perceber melhor toda a riqueza, alcance e implicações da segunda.

2.2.8 Ritos Explicativos

Depois de terminado o núcleo central e essencial da Ordenação, o ritual segue com os «Ritos Explicativos»: «os símbolos visuais e as orações que acompanham os ritos explicativos expressam o que aconteceu durante o rito sacramental, e são sinais visuais das tarefas do ofício»¹²¹ presbiteral. «A grande importância dos ritos explicativos é a de indicarem as funções entregues pela imposição das mãos e a invocação do Espírito Santo»¹²². Nestes ritos, «todos os símbolos do ofício»¹²³ apresentados «pertencem à

¹¹⁹JN II, p. 82.

¹²⁰HMC, 2009.

¹²¹SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 123.

¹²²JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 71.

¹²³SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 123.

função sacerdotal do presbítero»¹²⁴, mais propriamente à celebração da Eucaristia. Desta forma, «evidencia-se a presença do Espírito e a imitação e conformação com Cristo como condição essencial para que o presbítero celebre o Sacrifício»¹²⁵. Não há, entre os símbolos apresentados, nenhum que se refira à função do ensino ou à função do governo. Convém contudo lembrar que o novo presbítero era diácono, tendo recebido o Livro dos Evangelhos¹²⁶ aquando da sua ordenação diaconal, o que remete para a função do ensino e da pregação¹²⁷, à qual o novo presbítero, como vimos, está comprometido¹²⁸.

a) Imposição da Casula e da Estola

«Terminada a Oração de Ordenação todos se sentam. O Bispo recebe a mitra. Os Ordenados levantam-se. Os presbíteros presentes voltam para os seus lugares. Alguns deles, porém, impõem a cada Ordenado a estola à maneira presbiteral, e revestem-no com a casula»¹²⁹.

A casula e a estola estão intimamente ligadas às funções litúrgicas do neo-presbítero. A casula é a veste mais solene envergada pelo Bispo ou presbítero na celebração da Eucaristia. A estola, por seu lado, «é uma peça em forma de banda»¹³⁰ que Bispos, presbíteros e diáconos, usam¹³¹.

Bento XVI, entende o revestir do sacerdote com as vestes sacerdotais à luz da teologia paulina do Baptismo:

"Já não sou eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim". Assim descreve Paulo na Carta aos Gálatas (2, 2) o acontecimento do seu baptismo. Cristo vestiu as nossas vestes: o sofrimento e a alegria de ser homem, a fome, a sede, o cansaço, as esperanças e as desilusões, o receio da morte, todas as nossas angústias até à morte. E deu-nos as suas "vestes".

O que a Carta aos Gálatas expõe como simples "facto" do baptismo o dom do novo ser Paulo no-lo apresenta na Carta aos Efésios como uma tarefa permanente: deveis "despojar-vos do homem velho, no que diz respeito ao vosso passado... [Deveis] revestir-vos do homem novo, criado em conformidade com Deus na justiça e na santidade verdadeiras [...] (Ef 4, 22-26).

¹²⁴SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 123.

¹²⁵JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, pp. 71-72.

¹²⁶Cf. *OBPD*, nº 210 e 238.

¹²⁷Cf. SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, pp. 123-124.

¹²⁸Esta limitação aos sinais sacerdotais, pode conduzir a uma redução no entendimento do presbiterado por parte do povo, numa altura em que é preciso valorizar o verdadeiro sentido e identidade do presbítero (cf. SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 124).

¹²⁹Cf. *OBPD*, nº 132 e 160.

¹³⁰SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 124.

¹³¹Cf. SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 124.

Esta teologia do Baptismo volta de maneira nova e com insistência nova na Ordenação sacerdotal. Como no Baptismo é doado um "intercâmbio de vestes", um intercâmbio do destino, uma nova comunhão existencial com Cristo, assim também no sacerdócio se tem um intercâmbio: na administração dos Sacramentos, o sacerdote age e fala agora "*in persona Christi*"[...].

No momento da Ordenação sacerdotal, a Igreja tornou-nos visível e alcançável esta realidade das "vestes novas" também externamente mediante o facto de termos sido revestidos com os paramentos litúrgicos. Neste gesto exterior ela deseja tornar-nos evidente o acontecimento interior e a tarefa que nos vem dele: revestir-nos de Cristo, entregar-nos a Ele como Ele se doou a nós. Este evento, o "revestir-se de Cristo", é representado sempre de novo em cada Santa Missa mediante o revestir-nos dos paramentos litúrgicos. Vesti-los deve significar para nós mais que um facto exterior: é entrar sempre de novo no "sim" do nosso encargo naquele "já não sou eu" do baptismo que a Ordenação sacerdotal nos dá de modo novo e ao mesmo tempo nos pede¹³².

Depois, o Papa explica o sentido simbólico das vestes sacerdotais, partindo das orações que, antes da reforma litúrgica, acompanhavam o acto de vestir cada uma delas:

As vestes sacerdotais, assim como se desenvolveram ao longo do tempo, são uma profunda expressão simbólica do que significa o sacerdócio. Portanto [...] gostaria de explicar [...] a essência do ministério sacerdotal interpretando os paramentos litúrgicos que [...] pretendem ilustrar o que significa "revestir-se de Cristo", falar e agir *in persona Christi* [...].

Revestir-se com as vestes sacerdotais outrora acompanhava-se com as orações que nos ajudam a compreender melhor cada um dos elementos do ministério sacerdotal [...]

Os textos da oração que a alva e a estola interpretam estão ambas na mesma direcção. Evocam a veste dominical que o pai ofereceu ao filho pródigo quando regressou a casa esfarrapado e sujo [...].

A oração tradicional quando se veste a casula vê representado nela o jugo do Senhor que a nós sacerdotes foi imposto. E recorda a palavra de Jesus que nos convida a carregar o seu jugo e a aprender d'Ele, que é "manso e humilde de coração"(Mt 11, 29)¹³³.

b) Unção das mãos

Depois de estar revestido com as vestes sacerdotais, segue-se a unção das mãos com o óleo do Crisma, em que o neo-presbítero se coloca de joelhos diante do Bispo e este lhe unge as mãos dizendo:

O Senhor Jesus Cristo,
a Quem o Pai ungiu pelo Espírito Santo e seu poder,
te guarde
para santificares o povo cristão
e ofereceres a Deus o sacrifício¹³⁴.

¹³²HMC, 2007.

¹³³HMC, 2007.

¹³⁴OBDP, n° 133 e 161.

Esta unção das mãos «com o óleo é um sinal da unção do Espírito Santo, que ocorreu através da imposição das mãos e a oração de ordenação»¹³⁵. Pela unção é ainda simbolizada «a peculiar participação dos presbíteros no sacerdócio de Cristo»¹³⁶ «e o *munus* da presidência da Eucaristia e do seguimento de Cristo crucificado»¹³⁷.

Bento XVI explica o porquê da unção das mãos durante o rito da ordenação com o óleo do Crisma, da seguinte forma: «O óleo do crisma [é usado] para os grandes sacramentos que conferem o Espírito Santo, ou seja, a Confirmação, a Ordenação Sacerdotal e a Ordenação Episcopal [...] é o óleo da unção sacerdotal e da unção real, unções estas que estão ligadas com as grandes tradições de unção da Antiga Aliança»¹³⁸. E ainda:

As nossas mãos foram unguidas com o óleo, que é o sinal do Espírito Santo e da sua força. Por que precisamente as mãos? A mão do homem é o instrumento do seu agir, é o símbolo da sua capacidade de enfrentar o mundo, exactamente de "o tomar pela mão". O Senhor impôs as suas mãos sobre nós e agora quer as nossas mãos a fim de que, no mundo, se tornem suas [...] para que transmitam o seu toque divino [...] sejam instrumentos do serviço e [...] expressão da missão de toda a pessoa que se faz garante dele e que O transmite aos homens. Se as mãos do homem representam simbolicamente as suas faculdades e, em geral, a técnica como poder de dispor do mundo, então as mãos unguidas devem constituir um sinal da sua capacidade de doar, da criatividade no acto de plasmar o mundo com o amor e para isso, sem dúvida, temos necessidade do Espírito Santo¹³⁹.

Continuando esta ideia, o Papa afirma noutra celebração que «na Ordenação sacerdotal, as nossas mãos foram unguidas para que se tornassem mãos de bênção»¹⁴⁰. E noutra ainda que «a unção para o sacerdócio significa sempre também a missão de levar a misericórdia de Deus aos homens»¹⁴¹.

A unção simboliza a união do presbítero ao único e verdadeiro ungido - Cristo:

O Senhor escolheu-os como portadores da sua presença. O óleo é símbolo do Espírito Santo e, ao mesmo tempo, alude a Cristo: a palavra «Cristo» (Messias) significa «Ungido». A humanidade de Jesus, graças à unidade do Filho com o Pai, fica inserida na comunhão com o Espírito Santo e assim é «ungida» de um modo único, é permeada pelo Espírito Santo¹⁴².

¹³⁵SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 124.

¹³⁶SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 124.

¹³⁷JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 71.

¹³⁸HMC, 2011.

¹³⁹HMC, 2006.

¹⁴⁰HMCS, 2009.

¹⁴¹HMC, 2010.

¹⁴²HMC, 2011.

Destas afirmações de Bento XVI vemos o alcance que o rito explicativo da unção das mãos tem: através da unção com o óleo do Crisma, sinal do Espírito Santo, manifesta-se a “passagem de propriedade” do presbítero. Este é marcado com o sinal do Espírito Santo e deixa de se pertencer a si mesmo para passar a pertencer a Deus. Unido a Jesus Cristo pelo Espírito Santo, que recebeu no sinal sacramental, o sacerdote passa a ser instrumento de Deus. Sinal, são também as mãos que são unguidas, que tantas vezes vão repetir e actualizar os gestos de Jesus.

c) Entrega do Pão e do Vinho

Depois da Unção das mãos, dá-se a entrega do Pão e do Vinho ao neo-presbítero, que recebe estes dons de joelhos das mãos do Bispo, enquanto este diz:

Recebe a oferenda do povo santo
para a apresentares a Deus.
Toma consciência do que virás a fazer;
imita o que virás a realizar,
e conforma a tua vida com o mistério da cruz do Senhor¹⁴³.

O pão e o vinho são «símbolos da tarefa do presbítero de presidir à celebração eucarística e de seguir Cristo crucificado»¹⁴⁴. Fica assim vincada a ligação entre o Sacramento da Ordem e da Eucaristia, pois «o ritual actual vincula o rito de ordenação directamente com o seu contexto eucarístico e com o serviço do presbítero em nome do Povo de Deus»¹⁴⁵, pois o presbítero «recebe a oferenda do povo santo» e apresenta-a a Deus¹⁴⁶. A conexão Ordem-Eucaristia ainda é mais marcada pelo facto de a Ordenação acontecer no contexto de uma Eucaristia, em que se podem usar, segundo o calendário, a *Missal Ritual da Ordenação dos Presbíteros* com o seu prefácio próprio, as intercessões respectivas a cada *Oração Eucarística*, e no fim a *Bênção Solene*¹⁴⁷.

¹⁴³Cf. *OBPD*, nº 135 e 163.

¹⁴⁴SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 125 .Cf. JOSÉ CORDEIRO, *O Padre*, p. 71.

¹⁴⁵SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 125.

¹⁴⁶Cf. *OBPD*, nº 135 e 163.

¹⁴⁷Cf. SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 125. Esta conexão também é realçada nos *praenotanda* que afirmam: «O nexa estreito que existe entre a própria Ordenação e a celebração da Missa manifesta-se com oportunidade não só através do ordenamento do rito e da introdução de fórmulas próprias na Oração

Para Bento XVI, na entrega do cálice está simbolizada a transmissão do «mistério mais profundo e pessoal»¹⁴⁸ de Jesus Cristo ao presbítero.

d) Ósculo da Paz

O último dos ritos explicativos é o Ósculo da Paz. Diz o Bispo:

A paz esteja contigo.

(O Ordenado responde:) E contigo também.

(O mesmo fazem todos ou ao menos alguns dos presbíteros presentes.)¹⁴⁹.

Com o ósculo da paz o «Bispo sela a admissão dos novos colaboradores do seu ministério»¹⁵⁰ e os presbíteros «dão as boas vindas aos recém ordenados ao ministério que lhes é comum, na ordem dos presbíteros»¹⁵¹.

Sobre os ritos explicativos, e tendo em conta o pendor Eucarístico que possuem, podemos concluir com Bento XVI:

[Dos ritos explicativos] ressalta vigorosamente que, para o sacerdote, celebrar todos os dias a Santa Missa não significa desempenhar uma função ritual, mas cumprir uma missão que envolve inteira e profundamente a existência, em comunhão com Cristo ressuscitado que, na sua Igreja, continua a realizar o Sacrifício redentor¹⁵².

2.3 Conclusões do segundo capítulo

Para o nosso tema, interessa assinalar algumas coisas. Primeiro, percebemos que para conhecer o ministério do presbítero, temos de conhecer a sua vocação, isto é, o presbiterado está inserido e emerge da dinâmica vocacional, onde a relação com Cristo e a eleição por parte de Deus têm um papel central.

Eucarística e na bênção final, mas também, segundo as circunstâncias, pela escolha de leituras e utilização específica da Missa ritual “Para as Ordens sacras”» (*OBPD*, 10.).

¹⁴⁸*HMC*, 2006.

¹⁴⁹Cf. *OBPD*, nº 136 e 164.

¹⁵⁰SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 126.

¹⁵¹SUSAN WOOD, *El Sacramento del Orden*, p. 126.

¹⁵²*HMO*, 2012.

Depois, vemos como a oração de Ordenação, ligada à imposição das mãos, insere o presbítero no Sacerdócio único de Cristo. De especial importância é a noção de que pela consagração imprimida pela imposição das mãos conjuntamente com a oração de Ordenação, o sacerdote passa a ser pertença de Deus. Não podemos esquecer que o Sacramento da Ordem imprime carácter, e por isso mesmo, dá-se uma mudança ontológica no presbítero: o ser do presbítero na Ordenação, por concessão e graça de Deus, e com o assentimento da sua vontade, deixa de ser seu, para passar a ser inteiramente de Deus¹⁵³. Além de passar a ser pertença de Deus, o presbítero está intimamente unido a Cristo pela Ordenação. União de tal maneira forte que o presbítero passa a realizar os mesmos gestos de Jesus, sendo, para aqueles que com ele se cruzam, presença do próprio Jesus: o presbítero age *in persona Christi*. Esta transformação ontológica do presbítero, toma forma visível no gesto da imposição das vestes sacerdotais.

Finalmente, pelos ritos explicativos, torna-se explícito como o presbítero assume a função sacerdotal de uma forma muito especial na celebração da Eucaristia. O Sacramento da Ordem e da Eucaristia têm aqui uma ligação muito profunda, pois o presbítero, imerso no Sacerdócio de Cristo, pela graça conferida na Ordenação, age *in persona Christi* quando preside ao sacrifício eucarístico.

¹⁵³Cf. HMC, 2006.

3 In Persona Christi

O caminho que traçámos até agora desemboca neste capítulo. Procuramos agora reflectir acerca da presença de Cristo no presbítero através do conceito de *In persona Christi*.

A expressão «in persona Christi» («na pessoa de Cristo») é a melhor chave para entender e exercer o ministério de quem preside à celebração litúrgica: actua, personificando Cristo. Prega, perdoa, consagra, ora, abençoa em nome dele. O autêntico Presidente que convoca e anima a comunidade cristã é Jesus Cristo, mas está invisível. O ministro que preside presta à comunidade o grande serviço, teológico e pedagógico, de visibilizar Cristo, ser como seu sacramento¹.

3.1 Apontamento histórico-teológico

Antes de continuarmos a nossa reflexão, procuramos perceber o que o conceito *in persona Christi* abarca em si. Para nos ajudar, começamos por analisar a sua utilização por S. Paulo, para depois ver como S. Tomás, Pio XII, o Concílio Vaticano II e João Paulo II usam este conceito.

3.1.1 2Cor 2,10

A expressão *in persona Christi* é usada por S. Paulo na segunda Carta aos Coríntios. No contexto de discórdias dentro comunidade de Corinto, Paulo afirma: «A quem vós perdoais, eu também perdooo. E se perdoei - na medida em que tinha de o fazer - foi por vós, na presença de Cristo [*in persona Christi*]» (2Cor 2, 10).

¹ALDAZÁBAL, JOSÉ, *In Persona Christi*, in ALDAZÁBAL, JOSÉ, *Dicionário Elementar de Liturgia*, [Prior Velho,] Paulinas, [2007], p. 146.

O texto em grego usa ἐν προσώπῳ Χριστοῦ, expressão que o latim traduziu por *in persona Christi*.

Paulo afirma que se a comunidade perdoa, também ele perdoa, e perdoa *in persona Christi*. Parece-nos que podemos afirmar, seguindo a lógica interna do texto, que se a comunidade perdoa então Paulo perdoa, e se Paulo perdoa então Cristo perdoa, porque Paulo o faz *in persona Christi*. Nota-se uma relação conexa entre a comunidade e Paulo, e entre Paulo e Cristo.

3.1.2 S. Tomás de Aquino

Passamos agora a ver como S. Tomás de Aquino na *Suma Teológica* entende e usa o conceito de *in persona christi*.

Quando reflecte «sobre a graça de Cristo enquanto cabeça da Igreja»², S. Tomás afirma que Cristo é a única cabeça da Igreja, pelo que todos os que são chamados ou exercem a função de cabeça, fazem-no *in persona Christi*:

Cristo é a cabeça da Igreja pelo seu próprio poder e por sua própria autoridade, enquanto que os outros são chamados cabeças enquanto fazem as vezes de Cristo, segundo 2Cor 2,10: «E se perdoei - na medida em que tinha de o fazer - foi por amor de vós, na presença de Cristo [*in persona Christi*]». E em 2Cor 5,20: «É em nome de Cristo, portanto, que exercemos as funções de embaixadores e é Deus quem, por nosso intermédio, vos exorta»³.

Na questão 22 da terceira parte S. Tomás reflecte acerca do Sacerdócio de Cristo. Na sua reflexão, ele afirma que o sacerdócio ministerial brota do único sacerdócio de Cristo. Consequentemente, o sacerdote age *in persona Christi*:

Cristo é a fonte de todo o sacerdócio, pois o sacerdote da antiga lei era uma figura d'Ele, e o sacerdote da nova lei actua em representação de Cristo [*in persona ipsius, operatur*], conforme o que se lê em 2 Cor 2,10: «a quem vós perdoais, eu também perdo. E se perdoei - na medida em que tinha de o fazer - foi por amor de vós, na presença de Cristo [*in persona Christi*]»⁴.

No âmbito da reflexão sobre o ministro do Sacramento da Eucaristia S. Tomás afirma que o Sacramento da Eucaristia só acontece porque o presbítero age *in persona Christi*:

²*Sum*, III, q 8

³*Sum*, III, q 8, a 6, dq.

⁴*Sum*, III, q 22, a 4, dq.

É tão grande a dignidade deste sacramento que [...] somente pode realizar-se *in persona Christi*. Ora, todo o que faz alguma coisa em nome de outro, deve fazê-la pelo poder por ele concedido. Pois, como ao baptizado Cristo lhe concede o poder de receber a Eucaristia, assim ao sacerdote, quando se ordena, concede-se-lhe o poder de realizar este sacramento *in persona Christi*. Com esta ordenação coloca-se-o no patamar daqueles a quem o Senhor disse: «Fazei isto em memória de mim (Lc 22,19)⁵.

Mais adiante diz ainda que «o Bispo recebe o poder para actuar *in persona Christi* sobre o seu corpo místico, ou seja, sobre a Igreja. Este, é um poder que não recebe o sacerdote na sua consagração, ainda que possa tê-la por delegação do Bispo»⁶. E ainda:

Corresponde ao sacerdote a administração do corpo de Cristo por três razões. A primeira porque [...] consagra *in persona Christi*. Ora, da mesma maneira que foi o próprio Cristo quem consagrou o seu corpo na Última Ceia, assim foi Ele mesmo quem o deu a comer aos outros. Pelo que corresponde ao sacerdote não somente a consagração do Corpo de Cristo, mas também a sua distribuição⁷.

Para S. Tomás, o agir *in persona Christi* é condição necessária e suficiente para que o presbítero consagre o sacramento, pois «como o sacerdote não consagra mais que *in persona Christi*, e há muitos que são um em Cristo (Gal 3,28), por isso não importa que este seja consagrado por um ou por vários»⁸, e não está dependente das qualidades morais do presbítero: «da mesma maneira que o ministro confere o baptismo pela virtude de Cristo, que é quem baptiza, assim o ministro consagra este Sacramento *in persona Christi*. Mas o baptismo não é melhor porque um ministro bom o administra [...] tão pouco é melhor a missa celebrada por um sacerdote melhor»⁹.

Destes textos podemos afirmar que para S. Tomás, o conceito de *in persona Christi* é Jesus a agir pelo sacerdote. Como vemos, quando faz o paralelo entre Baptismo e Eucaristia, S. Tomás afirma que é Cristo quem baptiza¹⁰, podemos inferir, que na Eucaristia é Cristo quem consagra. Isto é, os gestos, palavras do Sacerdote, são gestos e palavras de Cristo.

É claro nestes textos, que para S. Tomás, o poder agir *in persona Christi* brota do Sacerdócio de Cristo, na qual o presbítero é inserido pela ordenação sacerdotal, e vemos

⁵Sum, III, q 82, a 1, dq.

⁶Sum, III, q 82, a 1, ad 4.

⁷Sum, III, q 82, a 3, dq.

⁸Sum, III, q 82, a 3, ad 2.

⁹Sum, III, q 82, a 5, ad 2.

¹⁰Cf. Sum, III, q 82, a 5, ad 2.

como para ele, esta coloca o presbítero no patamar dos Apóstolos, ou seja, realçando a ligação íntima existente entre o presbiterado e o Apostolado (do grupo dos Doze). Assim, Cristo torna-se presente sacramentalmente no presbítero, e este torna-se o rosto de Cristo para os Homens. Há acções, que só acontecem porque o sacerdote age *in persona Christi*¹¹ sendo essa uma condição estritamente necessária, particularmente para o Sacramento da Eucaristia. A possibilidade de agir *in persona Christi* só existe para aqueles que receberam o Sacramento da Ordem.

Para S. Tomás, o conceito de *in persona Christi* é abrangente, não se resumindo, embora esteja intimamente ligado, à Eucaristia. É um conceito que passa para além da presidência Litúrgica¹². S. Tomás relaciona-o, por exemplo, com poder que o Bispo tem actuar sobre o corpo místico que é a Igreja¹³.

3.1.3 *Mediator Dei*

Depois de termos visto como S. Tomás entende e usa o conceito de *in persona Christi*, procuremos ver como o conceito aparece e é usado por Pio XII na Carta Encíclica *Mediator Dei*.

Na primeira parte da Encíclica, Pio XII começa por mostrar a natureza pública do culto litúrgico, nesse contexto afirma Pio XII ao apresentar as várias formas da presença de Cristo na acção litúrgica:

Em toda acção litúrgica, junto com a Igreja está presente o seu divino Fundador: Cristo está presente no augusto sacrifício do altar, quer na pessoa do seu ministro [*in administrati sui persona*], quer por excelência, sob as espécies eucarísticas; está presente nos sacramentos com a virtude que neles transfunde, para que sejam instrumentos eficazes de santidade; está presente, enfim, nos louvores e súplicas dirigidas a Deus, como vem escrito: "Onde estão duas ou três pessoas reunidas em meu nome aí estou no meio delas"¹⁴.

Notemos como aqui, Pio XII coloca a presença de Cristo no presbítero num patamar abaixo da presença de real de Cristo nas espécies eucarísticas. A presença de Cristo na

¹¹ Cf. *Sum*, III, q 82, a 1, dq.

¹² Cf. *Sum*, III, q 82, a 1, ad 4.

¹³ Cf. *Sum*, III, q 82, a 1, ad 4.

¹⁴ Pio XII, *Litteræ Encyclicæ Mediator Dei*, AAS 39 (1947), 17.

espécies eucarísticas é a presença de Cristo «por excelência»¹⁵, mas há uma verdadeira presença de Cristo no presbítero.

Na segunda parte da encíclica, ao analisar a natureza do sacrifício eucarístico, Pio XII afirma:

Idêntico, pois, é o sacerdote, Jesus Cristo, cuja sagrada pessoa é representada pelo seu ministro [*personam eius administer*]. Este, pela consagração sacerdotal recebida, assemelha-se ao sumo Sacerdote e tem o poder de agir em virtude e na pessoa do próprio Cristo [*persona ipsius Christi*]; por isso, com sua ação sacerdotal, de certo modo, "empresta a Cristo a sua língua, e lhe oferece a sua mão"¹⁶.

Aqui, Pio XII começa por usar o conceito de representação, mas de seguida explicita o que essa representação de Cristo quer dizer, usando a expressão *persona ipsius Christi*, na pessoa do próprio Cristo, e coloca essa capacidade de agir «em virtude e na pessoa do próprio Cristo»¹⁷ como consequência da ordenação sacerdotal. Desta forma, os gestos, palavras do presbítero, são gestos e palavras do próprio Jesus Cristo.

Mais adiante, procurando esclarecer a doutrina acerca do sacerdócio ministerial, Pio XII afirma:

É inútil explicar quanto esses capciosos erros estejam em contraste com as verdades acima demonstradas, quando falamos do lugar que compete ao sacerdote no corpo místico de Jesus.

Recordemos apenas que o sacerdote faz as vezes do povo porque representa a pessoa de nosso Senhor Jesus Cristo [*personam gerit Domini nostri Iesu Christi*] enquanto é Cabeça de todos os membros e se oferece a si mesmo por eles: por isso vai ao altar como ministro de Cristo, inferior a ele, mas superior ao povo¹⁸.

Nota-se neste trecho, que mais uma vez, Pio XII usa o conceito de representação, e alia essa representação de Jesus Cristo pelo presbítero, a Jesus Cristo cabeça dos membros do corpo místico de Cristo. Repare-se ainda, que por causa disso, também o próprio sacerdote se oferece no altar.

Pio XII procura depois, mostrar como é que o povo de Deus participa da oferenda do sacrifício Eucarístico:

¹⁵*Mediator Dei*, 17.

¹⁶*Mediator Dei*, 62.

¹⁷*Mediator Dei*, 62.

¹⁸*Mediator Dei*, 76.

A imolação incruenta por meio da qual, depois que foram pronunciadas as palavras da consagração, Cristo está presente no altar no estado de vítima, é realizada só pelo sacerdote enquanto representa a pessoa de Cristo [*Christi personam sustinet*] e não enquanto representa a pessoa dos fiéis [...]

Que os fiéis oferecem o sacrifício por meio do sacerdote, é claro, pois o ministro do altar age na pessoa de Cristo enquanto Cabeça [*administer personam Christi utpote Capitis gerit*], que oferece em nome de todos os membros; pelo que, em bom direito, se diz que toda a Igreja, por meio de Cristo, realiza a oblação da vítima¹⁹.

Mais uma vez encontramos o conceito do *in persona Christi* aliado, por Pio XII, ao conceito de representação. Neste trecho, afirma-se novamente a acção do presbítero enquanto *Christi personam sustinet*, representa a pessoa de Cristo, e essa representação é de Cristo cabeça. Claramente, para perceber esta formulação temos de ter presente a noção de *Corpo Místico* da qual Cristo é a cabeça²⁰.

Desta análise à encíclica de Pio XII, podemos perceber que Cristo se encontra verdadeiramente presente no presbítero que age *in persona Christi*²¹. Nesta encíclica Pio XII debruça-se sobre a liturgia, por isso mesmo o conceito de *in persona Christi* surge aqui, naturalmente, confinado à acção litúrgica. Notemos ainda que o conceito é várias vezes associado à noção de representação.

3.1.4 Concílio Vaticano II

Depois da Carta Encíclica *Mediator Dei* de Pio XII, olhemos agora para como o conceito surge e é utilizado pelo Concílio Vaticano II. Centramos a nossa análise em dois documentos: na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja e no decreto e *Presbyterorum Ordinis* sobre o ministério e a vida dos sacerdotes.

a) *Lumen Gentium*

Começamos por analisar a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja.

¹⁹*Mediator Dei*, 83.

²⁰Cf. 1 Cor 12,12; Cl 1,18; Ef 5,23; Rm 12,4-5; PIO XII, *Mediator Dei*, 17; PIO XII, *Carta Encíclica Mystici Corporis*; LG, 7.

²¹Cf. *Mediator Dei*, 17.

Ao apresentar a Igreja como Povo de Deus (cap. II), o Concílio distingue o sacerdócio comum dos fieis do sacerdócio ministerial, e afirma que «o sacerdote ministerial, pelo seu poder sagrado, forma e conduz o povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico fazendo as vezes de Cristo [*in persona Christi*] e oferece-o a Deus em nome de todo o povo»²². Vemos como o conceito *in persona Christi* surge ligado à Eucaristia. Contudo é importante notar que aqui, o sacerdócio ministerial aparece no seio do povo de Deus e não à parte, ou acima, deste.

Quando no capítulo III, acerca da constituição hierárquica da Igreja e em especial o Episcopado, reflecte acerca do ministério episcopal de reger, o Concílio afirma que «este poder que exercem pessoalmente em nome de Cristo [*nomine Christi personaliter funguntur*], é próprio, ordinário e imediato»²³. Neste trecho vemos como no episcopado, o conceito de *in persona Christi* é alargado e passa para fora do âmbito litúrgico. Vimos atrás que também S. Tomás de Aquino faz o mesmo²⁴.

Um pouco mais adiante o Concílio debruça-se sobre os Presbíteros e suas relações com Cristo, com os Bispos, com o presbitério e com o povo Cristão e afirma que «é no culto, ou celebração eucarística que exercem principalmente o seu múnus sagrado; nela, actuando em nome de Cristo [*in persona Christi agentes*]»²⁵.

No capítulo III da Constituição Dogmática, o Concílio concentra a sua reflexão nos leigos. Quando olha para as relações dos leigos com a hierarquia, e quando este tiveram algum tipo de problema com alguém da hierarquia, afirma que «se o caso o pedir, utilizem os órgãos para isso instituídos na Igreja, e procedam sempre em verdade, fortaleza e prudência, com reverência e amor para com aqueles que, em razão do seu cargo, representam a pessoa de Cristo [*personam Christi*]»²⁶. Neste número da *Lumen Gentium* o conceito de *in persona Christi* aparece solto sem estar ligado à liturgia ou a outra realidade. Apenas se

²²LG, 10.

²³LG, 27.

²⁴Cf. *Sum*, III, q 82, a 1, ad 4.

²⁵LG, 28.

²⁶LG, 37.

afirma que pelo cargo que exercem, os membros da hierarquia representam a pessoa de Cristo. Contudo surge ligado ao conceito de representação.

Desta análise da *Lumen Gentium* vemos como o conceito de *in persona Christi* está profundamente enraizado na realidade litúrgica. Vemos ainda como este conceito surge muitas vezes ligado ao conceito de representação, isto é o presbítero representa a pessoa de Cristo.

b) *Presbyterorum Ordinis*

Passemos agora ao decreto *Presbyterorum Ordinis*. Este começa por analisar a natureza do presbiterado tendo como pano de fundo o presbiterado na missão da Igreja. Nesse contexto afirma:

O sacerdócio dos presbíteros, supondo, é certo, os sacramentos da iniciação cristã, é, todavia, conferido mediante um sacramento especial, em virtude do qual os presbíteros ficam assinalados com um carácter particular e, dessa maneira, configurados a Cristo sacerdote, de tal modo que possam agir em nome de Cristo cabeça [*in persona Christi Capitis agere*]²⁷.

Neste número do decreto, o conceito que estamos a estudar aparece composto: ao *in persona Christi* é agregado o *Capitis*²⁸. Aqui o Concílio é claro: pela ordenação os sacerdotes são «configurados a Cristo sacerdote»²⁹, e é essa configuração que, por força da ordenação, lhes permite agir *in persona Christi Capitis*, isto é, agir na pessoa de Cristo cabeça do seu Corpo Místico que é a Igreja. Mais adiante, o Concílio afirma:

Consagrados de modo particular a Deus pela recepção da Ordem, se tornaram [os sacerdotes] instrumentos vivos do sacerdócio eterno de Cristo, para poderem continuar pelos tempos fora a sua obra admirável, que restaurou com suprema eficácia a família de todos os homens. Fazendo todo o sacerdote, a seu modo, as vezes da própria pessoa de Cristo [*ipsius Christi personam gerat*], de igual forma é enriquecido de graça especial para que, servindo todo o Povo de Deus e a porção que lhe foi confiada, possa alcançar de maneira conveniente a perfeição d'Aquele de quem faz as vezes, e cure a fraqueza humana da carne a santidade d'Aquele que por nós se fez pontífice «santo, inocente, impoluto, separado dos pecadores» (Heb 7,26)³⁰.

²⁷PO, 2.

²⁸Já na *Mediator Dei* Pio XII faz esta associação.

²⁹PO, 2.

³⁰PO, 12.

Neste ponto, temos algo essencial para a vida do presbítero e para a sua identidade. Os presbíteros são consagrados a Deus pela recepção do Sacramento da Ordem e por esse mesmo sacramento são inseridos, mais, são instrumentos «do sacerdócio eterno de Cristo»³¹. Essa consagração tem como finalidade continuar na história a obra de Cristo e isso dá-se de uma forma muito peculiar: o presbítero faz as «vezes da própria pessoa de Cristo»³². Por isso, como vemos neste número, a Ordenação confere uma «graça especial»³³ ao presbítero para que este «possa alcançar de maneira conveniente a perfeição d’Aquele de quem faz as vezes»³⁴.

De uma forma muito particular isto acontece na liturgia, pois «como ministros das coisas sagradas, é sobretudo no sacrifício da missa que os presbíteros dum modo especial fazem as vezes de Cristo [*personam specialiter gerunt Christi*], que se entregou como vítima para a santificação dos homens»³⁵.

Também neste decreto conciliar, percebemos a estreita ligação do conceito *in persona Christi* à liturgia, especialmente, à Eucaristia e às demais realidades sacramentais, pois é aí que o presbítero, de forma muito particular, age *in persona Christi*.

3.1.5 Pastores Dabo Vobis

Continuemos a nossa reflexão, agora, analisando a *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Pastores Dabo Vobis* do Papa João Paulo II.

No número 20 desta exortação o Papa relembra as afirmações do Concílio Vaticano II no Decreto *Presbyterorum Ordinis* que acabámos de ver, concluindo assim:

O texto do Concílio vai mais além, pondo em destaque alguns elementos necessários para definir o conteúdo da “especificidade” da vida espiritual dos presbíteros. Trata-se de elementos que se relacionam com a “consagração” própria dos presbíteros, a qual os configura a Jesus Cristo Cabeça e Pastor da Igreja; com a “missão” ou ministério típico dos próprios presbíteros, que os habilita e compromete a serem “instrumentos vivos de Cristo eterno Sacerdote” e a agir “em nome e na pessoa do próprio Cristo” [*Ipsius Christi nomine et persona*]; com a sua

³¹PO, 12.

³²PO, 12.

³³PO, 12.

³⁴PO, 12.

³⁵PO, 13.

“vida” inteira, vocacionada para manifestar e testemunhar de modo original a “radicalidade evangélica”³⁶.

Podemos ver como como é fundamental perceber que a capacidade de agir *in persona Christi* advém da Ordenação presbiteral. Esta torna os presbíteros «instrumentos vivos de Cristo eterno Sacerdote’»³⁷ e capacita-os para agirem «em nome e na pessoa do próprio Cristo»³⁸. A relação entre o facto do presbítero ser instrumento de Cristo e o *in persona Christi*, que advém da Ordenação, é também essencial, pois parece-nos que agir *in persona Christi* é uma forma muito concreta do presbítero, ser instrumento de Cristo e de assim, perpetuar e concretizar na história e no tempo, o único Sacerdócio de Cristo.

Mais adiante, o Papa João Paulo II reafirma a proveniência da capacidade de agir *in persona Christi* da ordenação presbiteral:

«O Espírito do Senhor está sobre mim» (Lc 4, 18). O Espírito Santo, infundido pelo sacramento da Ordem, é fonte de santidade e apelo à santificação, não só porque configura o sacerdote a Cristo Cabeça e Pastor da Igreja e lhe confia a missão profética, sacerdotal e régia a desempenhar em nome e na pessoa de Cristo [*quam nomine ac persona Christi adimplet*], mas também porque anima e vivifica a sua existência quotidiana, enriquecendo-a com dons e exigências, com virtudes e impulsos, que se compendiam na caridade pastoral³⁹.

Encontramos, neste número, dois aspectos que nos parece importante realçar. Primeiro: é o Espírito Santo quem, na Ordenação presbiteral, configura o «sacerdote a Cristo Cabeça e Pastor da Igreja»⁴⁰ e quem «confia [ao presbítero] a missão profética, sacerdotal e régia a desempenhar em nome e na pessoa de Cristo»⁴¹. Segundo: «a missão profética, sacerdotal e régia»⁴² confiada pelo Espírito Santo, é exercida pelo presbítero «em nome e na pessoa de Cristo»⁴³. Vemos aqui como o conceito de *in persona Christi* é alargado, por João Paulo II, para fora do âmbito estritamente litúrgico.

Continuando a caminhar pela exortação, percebemos como há uma dimensão profundamente eclesial no conceito de *in persona Christi*. Diz-nos a exortação:

³⁶PDV, 20.

³⁷PDV, 20.

³⁸PDV, 20

³⁹PDV, 27

⁴⁰PDV, 27

⁴¹PDV, 27

⁴²PDV, 27

⁴³PDV, 27

A pertença do sacerdote à Igreja particular e a sua dedicação até ao dom da própria vida pela edificação da Igreja “na pessoa” de Cristo Cabeça e Pastor [*in persona Christi Capitis et Pastoris*], ao serviço de toda a comunidade cristã, em cordial e filial referência ao Bispo, deve sair reforçada na assunção de qualquer carisma que venha a fazer parte da existência sacerdotal ou se coloque a seu lado⁴⁴.

E mais adiante:

O que dizemos de todas as vocações cristãs encontra uma realização específica na vocação sacerdotal: esta é chamada, através do sacramento da Ordem, recebido na Igreja, a pôr-se ao serviço do Povo de Deus com uma peculiar pertença e configuração a Jesus Cristo e com a autoridade de actuar "no nome e na pessoa" d'Ele, Cabeça e Pastor da Igreja [*nomine et persona Christi, Ecclesiae Capitis et Pastoris*] ⁴⁵.

E ainda:

O ministério do sacerdote é, sim, o de anunciar a Palavra, de celebrar os sacramentos, conduzir na caridade a comunidade cristã, “em nome e na pessoa de Cristo” [*nomine ac personae Christi*], mas isto, dirigindo-se sempre a homens concretos: «todo o sumo sacerdote, tomado de entre os homens, é constituído em favor dos homens nas coisas que dizem respeito a Deus» (Heb 5,1)⁴⁶.

Nestes passos da exortação, encontramos alguns aspectos que nos parece importante realçar. Primeiro, o presbítero pertence a uma Igreja particular, e dá a sua vida «pela edificação da Igreja»⁴⁷, e fazendo-o «*in persona Christi Capitis et Pastoris*»⁴⁸. Mais uma vez, vemos aqui o conceito de *in persona Christi* ser alargado para fora do âmbito litúrgico, conjuntamente com o facto de serem agregados à expressão os qualificativos *Capitis e Pastoris*, o que indica a configuração com Cristo através da qual o presbítero age: Cristo Cabeça e Pastor da Igreja - o seu Corpo. O segundo aspecto que queremos destacar decorre do primeiro: a acção do presbítero no múnus pastoral também se dá *in persona Christi*. Por último, essa acção *in persona Christi* não é para o benefício do próprio presbítero mas para «toda a comunidade cristã»⁴⁹ em comunhão com o Bispo. Encontramos assim uma dimensão eclesial para este conceito que é importante reter: o presbítero não existe e não actua *in persona Christi* para si próprio, mas para, na e com a Igreja.

⁴⁴PDV, 31.

⁴⁵PDV, 35.

⁴⁶PDV, 43.

⁴⁷PDV, 31.

⁴⁸PDV, 31.

⁴⁹PDV, 31. Cf. PDV, 35, 43.

Ao longo do percurso que fizemos, desde S. Paulo a João Paulo II, as várias variantes que encontramos do conceito *in persona Christi* dão-nos diferentes matizes do conceito em si: “*personam gerit Domini nostri Iesu Christi*”, “*Christi personam sustinet*”, “*administer personam Christi utpote Capitis gerit*”, “*nomine Christi personaliter funguntur*”, “*ipsius Christi personam gerat*”, “*personam specialiter gerunt Christi*”, “*Ipsius Christi nomine et persona*”, “*quam nomine ac persona Christi adimplet*”, “*in persona Christi Capitis et Pastoris*”, são formas de realçar e de dizer diferentes dimensões do conceito. Percebe-se assim, que o conceito tem uma densidade profunda, que procura dizer o indizível: Deus serve-se da fragilidade humana para se fazer verdadeiramente presente entre os homens, e assim, continuar a Sua obra da Salvação. Não é mero “faz de conta”, mas é verdadeira presença de Jesus Cristo⁵⁰.

Podemos também confirmar a dimensão litúrgica do conceito. É por excelência na liturgia, particularmente na Eucaristia, que o presbítero age *in persona Christi*. Contudo este conceito alarga-se para dizer também da acção pastoral do presbítero e de toda a sua existência: quando governa, quando anuncia o Reino de Deus, o presbítero fá-lo também *in persona Christi*. Se este alargamento é particularmente verdade para o Bispo, é-o também para o presbítero já que toda a sua acção a exerce, por delegação e em comunhão com o Bispo.

Por último, podemos afirmar a dependência da capacidade de agir *in persona Christi* do Sacramento da Ordem⁵¹. Ao presbítero foi dada essa capacidade na Ordenação, pois sobre ele foi invocado o Espírito Santo por forma a torná-lo participante do Sacerdócio de Cristo, único e verdadeiro Sacerdote e a configurá-lo a Cristo Cabeça e Pastor da Igreja. Não é mera delegação jurídica, mas é dom de Deus, que desta forma continua a agir em favor da humanidade.

⁵⁰*Mediator Dei*, 17.

⁵¹Relativamente aos diáconos relembramos o que diz a *Lumen Gentium*: «em grau inferior da hierarquia estão os diáconos, aos quais foram impostas as mãos “não em ordem ao sacerdócio mas ao ministério”» (LG, 29). Sendo que, como temos visto, a capacidade de agir *in persona Christi* brota da participação do sacerdócio de Cristo e da configuração a Cristo Cabeça e Pastor da Igreja, parece-nos que o diácono carece da capacidade de agir *in persona Christi*. Esta é contudo uma reflexão que merece ser desenvolvida mas que não cabe no âmbito do nosso trabalho, ficando aqui apenas este pequeno apontamento.

3.2 Bento XVI

Depois do percurso que fizemos, que nos permite ter um conhecimento maior do conceito *in persona Christi*, procuramos agora perceber como Bento XVI entende e usa este conceito.

Para Bento XVI, pelo Sacramento da Ordem, o presbítero fala com o próprio Eu de Jesus, *in persona Christi*: «o mistério do sacerdócio da Igreja encontra-se no facto de que nós, pobres seres humanos, em virtude do Sacramento, podemos falar com o seu Eu: *in persona Christi*. Ele quer exercer o seu sacerdócio através de nós»⁵². Isto é, Jesus exerce o seu Sacerdócio através do presbítero. O que só é possível porque Jesus estabelece uma relação de amizade com o presbítero: «o Senhor faz-nos seus amigos; confia-nos tudo; e confia-nos a Si mesmo, de tal modo que possamos falar com o seu Eu *in persona Christi capitis*»⁵³. Bento XVI afirma mesmo que «o núcleo do sacerdócio é o facto de sermos amigos de Jesus Cristo. Somente assim podemos falar verdadeiramente *in persona Christi*»⁵⁴.

O poder agir *in persona Christi*, por parte do presbítero, encontra a sua raiz e o seu ápice na liturgia e na administração dos sacramentos: «na administração dos Sacramentos, o sacerdote age e fala agora *in persona Christi*»⁵⁵.

Na ordenação presbiteral, Jesus Cristo reveste o presbítero de uma forma particular. Esta realidade tem como sinal visível as vestes litúrgicas:

In persona Christi no momento da Ordenação sacerdotal, a Igreja tornou-nos visível e alcançável esta realidade das “vestes novas” também externamente mediante o facto de termos sido revestidos com os paramentos litúrgicos. Neste gesto exterior ela deseja tornar-nos evidente o acontecimento interior e a tarefa que nos vem dele: revestir-nos de Cristo, entregar-nos a Ele como Ele se doou a nós. Este evento, o “revestir-se de Cristo”, é representado sempre de novo em cada Santa Missa mediante o revestir-nos dos paramentos litúrgicos⁵⁶.

⁵²HMC, 2006.

⁵³HMC, 2006.

⁵⁴HMC, 2006.

⁵⁵HMC, 2007.

⁵⁶HMC, 2007.

Assim, «os paramentos litúrgicos [...] pretendem ilustrar o que significa “revestir-se de Cristo”, falar e agir *in persona Christi*»⁵⁷.

3.3 Presença de Cristo

O caminho que percorremos até aqui, permite-nos afirmar sem razão para dúvidas que no presbítero se dá uma verdadeira presença de Cristo. Ele, como que desce sobre o presbítero e torna-se, de forma sacramental, verdadeiramente presente nele. Quando o presbítero, perdoa, cura, consagra, fala, conduz o povo fá-lo *in persona Christi*, isto é, é o próprio Cristo que age no presbítero. Assim, no conceito *in persona Christi*, mais que a afirmação de que o presbítero actua em nome de Jesus Cristo, está a afirmação de que é o próprio Jesus que actua no presbítero. O agente da acção é Jesus Cristo e não o presbítero.

A presença de Cristo no presbítero tem a sua fundamentação teológica na pneumatologia e na cristologia e a sua concretização na Igreja, como afirma J. Farias:

Na medida em que a Igreja se entende como o «sacramento» da salvação dada aos homens por Cristo e no Espírito, nessa medida vê-se capacitada para ser expressão desta relação sacramental a Jesus Cristo no Espírito, ao nível das estruturas constitutivas para a mediação da salvação na história. É precisamente isso que deve ser «representado» pela «alteridade estrutural» da relação entre o ministério e a comunidade na Igreja. A fundamentação teológica do ministério sacramental, que não pode ser entendido como um carisma entre carismas, está na capacitação espiritual dada, de agir *in persona Christi* (PO, 2; LG, 10), isto é, a acção sacramental de Cristo cabeça na sua Igreja e para ela.

Na linha da meditação sobre a dimensão pneumatológica do mistério da Igreja, o Concílio sublinha como o sentido «representativo» do ministério sacerdotal se dá no interior da radical igualdade espiritual de todos os crentes e, por conseguinte, no quadro da relação fundamental de todos os cristãos ao mistério de Jesus Cristo. Efectivamente, Jesus Cristo está no interior da Igreja como sua cabeça. O ministério sacerdotal «representa» a entrega de Cristo à sua Igreja (LG, 32. Cf. Ef 5,25-27). Ele é o Mestre e Senhor que lava os pés aos discípulos para que possam tomar parte com Ele (Cf. Jo 13, 13-15), e é isso justamente que o ministério hierárquico representa sacramentalmente. O ministério sacerdotal «representa» aquele que aos seus já não chama servos, mas amigos (Jo 15,13ss). Como dizia Sto. Agostinho: «convosco sou cristão, para vós sou bispo». E aqui está indicada a relação entre «ministério» (para vós) e a «graça» (convosco).

Esta relação entre «convosco» e para vós» situa o ministério sacramental na zona de contacto ou de cruzamento entre a pneumatologia e a cristologia, na configuração da estrutura da Igreja. O ministério hierárquico participa do Espírito comum a toda a Igreja. O ministério hierárquico serve, de modo especial, a missão da Igreja, que radica nas funções salvíficas do mistério de

⁵⁷HMC, 2007.

Jesus Cristo como Preta, Rei e Sacerdote, ou sejam no anúncio do Evangelho (Profecia), no serviço da unidade (Pastor/Rei) e na mediação/santificação (Sacerdócio) (cf. *LG*, 10-12; 20-21; 31-36). Neste sentido, o ministério sacramental é a memória re-presentativa, simbólico-real, da Presença pneumática do Senhor na Igreja».

O ministério hierárquico é de natureza sacramental, isto é, um sacramento próprio, além do Batismo e do Crisma. A base dogmática do sacramento da ordem é, de novo, a compreensão da Igreja como sacramento de salvação, ou seja, como re-presentação sacramental da presença de Jesus Cristo na Igreja e no mundo⁵⁸.

Do caminho que fizemos, encontramos ainda mais pontos de apoio que sustentam a afirmação inequívoca da presença de Cristo no presbítero.

No primeiro capítulo, na análise que fizemos ao texto de Jo 17, vemos como na oração Sacerdotal, Jesus insere os Apóstolos, e seus sucessores, no seu próprio Sacerdócio e a importância que isso tem para a compreensão do presbiterado, já que este, é fundamentado no sacerdócio Apostólico. «De facto, e com as devidas distâncias, os Apóstolos serão outros Cristos»⁵⁹, por isso, sendo os presbíteros inseridos no dinamismo apostólico, estes continuam na Igreja a missão do próprio Jesus Cristo.

Cristo enviou os Apóstolos da mesma maneira que o Pai O enviou a Ele (cf. Jo 17,18), e a sua missão só pode ser realizada enquanto estes estiverem ligados a Ele. Na verdade só «Jesus é o sacerdote da nova aliança. Ele é o sacerdote por natureza e para sempre porque Ele é o Filho de Deus encarnado; Ele não pode ter rival ou sucessor. Se, então, os Apóstolos e aqueles que continuam a sua missão se tornam sacerdotes, só pode ser como agentes de Cristo o Sacerdote, que dependem d'Ele e agem *in persona Christi*»⁶⁰

Ao percebermos a forma como Bento XVI, a partir da oração Sacerdotal, entende o Sacerdócio de Cristo, e daí o sacerdócio dos Apóstolos, podemos compreender melhor a dimensão sacerdotal do presbiterado, pois, como vimos, na oração Sacerdotal, Jesus faz os Apóstolos participarem da sua dupla consagração como sacerdote e como vítima. Essa consagração, como vimos no segundo capítulo, é continuada pela Igreja no ritual de Ordenação. Neste, na oração de Ordenação ecoa a Oração Sacerdotal e insere o presbítero

⁵⁸FARIAS, JOSÉ JACINTO FERREIRA DE, *O Ministério dos Bispos e dos Presbíteros. A Anamnese Sacramental da Apostolicidade da Igreja*, in SEMANA DE ESTUDOS TEOLÓGICOS, *Igreja e Ministérios*, Lisboa, Rei dos Livros, [1995], pp. 110 - 111.

⁵⁹FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, pp. 108-109.

⁶⁰FEUILLET, *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres*, p. 109.

na dinâmica da mesma. Isto é importante, pois como vimos, a presença de Cristo, *in persona Christi*, no presbítero, brota da Ordenação, e é a partir desta que Cristo se torna presente de forma particular no presbítero.

Podemos concluir então, que a capacidade de agir *in persona Christi* só é possível pela Ordenação. É nesta que, como afirma Bento XVI, Cristo reveste o presbítero⁶¹. A partir daí é o próprio Eu de Jesus que está presente nele⁶².

Esta presença tem o seu cume na liturgia, de forma particular na Eucaristia, mas também na administração dos Sacramentos. Aí, o presbítero exerce, pela força da Ordenação, o Sacerdócio de Cristo, de tal forma que o presbítero se apaga e é o próprio Jesus quem actua.

A correcta compreensão da presença de Cristo no presbítero é fundamental para a compreensão da Liturgia da Igreja. A presença de Cristo no presbítero é essencial, pois é um dos pilares da presença e acção de Cristo na liturgia, como nos afirma o Concílio Vaticano II:

Para realizar tão grande obra, Cristo está sempre presente na sua igreja, especialmente nas acções litúrgicas. Está presente no sacrifício da Missa, quer na pessoa do ministro - «O que se oferece agora pelo ministério sacerdotal é o mesmo que se ofereceu na Cruz» - quer e sobretudo sob as espécies eucarísticas. Está presente com o seu dinamismo nos Sacramentos, de modo que, quando alguém baptiza, é o próprio Cristo que baptiza. Está presente na sua palavra, pois é Ele que fala ao ser lida na Igreja a Sagrada Escritura. Está presente, enfim, quando a Igreja reza e canta, Ele que prometeu: «Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, Eu estou no meio deles» (Mt. 18,20)⁶³.

Percebe-se que sem presença de Cristo no presbítero, a acção litúrgica não teria o mesmo valor. Sendo a liturgia acção do Corpo Místico de Cristo na sua totalidade - cabeça e membros⁶⁴ -, sem o presbítero, que está configurado a Cristo Cabeça e age *in persona Christi*, uma parte do corpo - a Cabeça - não estaria presente, pelo menos sacramentalmente, e a acção litúrgica não seria o culto público e integral do Corpo Místico de Cristo - Cabeça e membros - de que fala o Concílio⁶⁵.

⁶¹Cf. *HMC*, 2007.

⁶²Cf. *HMC*, 2006.

⁶³*SC*, 7.

⁶⁴Cf. *SC*, 7.

⁶⁵Cf. *SC*, 7.

Contudo, esta presença não se resume à liturgia. Sendo a liturgia a fonte e a meta de toda a vida cristã⁶⁶, podemos afirmar que também a presença de Cristo no presbítero encontra na liturgia a sua fonte e a sua meta e cume. No resto da sua vida pastoral, não se dá um apagar da presença de Cristo no presbítero, Cristo continua a pastorear as suas ovelhas através do presbítero que está em íntima união e comunhão com o seu Bispo.

Acerca da essência da presença de Cristo no Presbítero e da sua necessidade para a Igreja, diz-nos Nuno Brás Martins:

Mas Cristo pediu-lhe mais: Cristo chama-o a, no seio do povo sacerdotal, ser a sua presença, sem a qual muitas das demais formas de presença do Senhor são impossíveis; ser uma das formas de tangibilidade da sua presença viva, eterna e misericordiosa. Cristo fê-lo, para sempre, à sua imagem: sacerdote, não segundo a ordem levítica mas segundo a ordem de Melquisedec! Tal não o torna mais rico - como os demais, ele é incapaz de se auto-salvar - mas torna-o, no seio do povo sacerdotal, a presença visível, palpável, daquele que é tudo: Cristo ressuscitado. Ele é duplamente pobre: pobre porque membro do povo sacerdotal, incapaz de se auto-salvar; e pobre porque presença daquele, que sendo rico, se fez pobre para a todos salvar com a sua pobreza (2Cor 8,9).

Porque o sacerdote é esta presença do Senhor Jesus Ressuscitado, é à sua volta que a comunidade se reúne; é seguindo o seu governo que a comunidade caminha; é escutando a sua palavra que a comunidade percebe que a palavra de Deus não foi apenas pronunciada outrora para os outros nossos antepassados, mas se torna viva e vida em nós, na Igreja⁶⁷.

Concluimos afirmando o quão grande é este mistério: na pequenez humana, Deus, por Jesus Cristo, continua a sua acção salvífica em favor do homem, servindo-se e tornando-se presente de uma forma particular naqueles que Ele escolheu para estarem ao serviço do seu Sacerdócio.

⁶⁶Cf. SC, 10.

⁶⁷MARTINS, NUNO BRÁS, *Presenças sacramentais de Cristo in Novellæ Olivarum. Revista do Seminário dos Olivais. Ano Sacerdotal*, IV, 39, 2009, p. 31.

Conclusão

Terminámos o nosso trajecto, e no final, a grande conclusão a que chegámos é que Cristo se torna verdadeiramente presente no presbítero de forma sacramental. E este facto, é fundamental para perceber a concepção da Igreja sobre a configuração do presbiterado.

Com Bento XVI, vimos uma abordagem diferente ao Sacerdócio de Cristo. A tradição teológica tem sido fazer esta reflexão a partir da *Carta aos Hebreus*, contudo Bento XVI apresenta-nos uma outra forma de fazer essa reflexão partindo da *Oração Sacerdotal* em Jo 17. Este caminho diferente de reflexão teológica proposto por Bento XVI, ajuda-nos a ter a par com a reflexão da *Carta aos Hebreus*, uma concepção mais holística do Sacerdócio de Cristo, e como dele brota o sacerdócio presbiteral na Igreja. É de realçar o facto de que Bento XVI considera mesmo este texto como a instituição do Sacramento da Ordem no Evangelho de S. João⁶⁸.

Esta reflexão de Bento XVI ajuda-nos a iluminar o ritual de Ordenação, de forma particular a oração de Ordenação, que ecoa a *Oração Sacerdotal*. E assim, concluímos como a ordenação insere o presbítero no sacerdócio de Cristo, e como é essa inserção, que lhe permite poder agir *in persona Christi*, que tem implicações em toda a vida do presbítero, mas tem particular incidência quando este preside à Liturgia, pois aí, está forma de particular a exercer o Sacerdócio de Cristo. Por isso, as palavras e gestos que diz e faz não são seus, mas são do próprio Cristo nele presente sacramentalmente.

Realçamos ainda o facto de que quando o presbítero age *in persona Christi*, mais do que um movimento ascendente em que o presbítero se aproxima de Cristo, encontramos um movimento *quenótico* em que é o próprio Cristo que, presente no presbítero, continua

⁶⁸Cf. *JN II*, p. 82.

a sua acção salvífica em favor dos homens. Isto faz evocar em nós as palavras de João Baptista: «é necessário que ele cresça e que eu diminua» (Jo 3,30). Este é o caminho que o presbítero é convidado a fazer: deixar que Jesus Cristo cresça em si cada vez mais. Contudo, a força, e graça do sacramento recebido, faz com que Cristo não dependa da bondade ou pureza do presbítero para que a Sua acção através deste seja real e eficaz.

Um outro aspecto importante a reter, é precisamente a plenitude da presença de Cristo no presbítero quando este preside à Liturgia. Contudo a presença de Cristo não se apaga do presbítero. Cristo não se “retira” quando termina acção litúrgica, Ele age também no presbítero quando este proclama e ensina a Palavra de Deus e quando conduz a porção do povo de Deus que lhe foi confiado. Ou seja Cristo está presente no presbítero não só quando este exerce o seu *múnus* sacerdotal, mas também quando exerce o *múnus* profético e o *múnus* real.

Assim, terminamos reafirmando: Cristo está presente verdadeiramente no presbítero.

Bibliografia

1 - Fontes

Missal Romano, Segunda Edição Típica, Gráfica de Coimbra, 1992.

NESTLE-ALAND, *Novum Testamentum Graece*, Deutsche Bibelgesellschaft, [2006]²⁷.

Pontifical Romano. Ordenação do Bispo, dos Presbíteros e Diáconos, Segunda Edição Típica, Gráfica de Coimbra, [1992].

1.1 - De Bento XVI

BENTO XVI, *Ad Sacrorum Alumnos Sacerdotali exeunte Anno*, AAS 102 (2010), pp. 793-798.

——, *Audiência Geral*, in *L'Osservatore Romano*, ed. Portuguesa, 06/2013 (10.II.20013), pp. 3.7.

——, *Homilæ in Sollemnitæ Sanctorum Petri et Pauli Apostolorum*, 29.VI.2011, AAS 103 (2011), pp. 465-469.

——, *Dum Summus Potifex Seminarium Maiorem Romanun invisit occasione festivitatis B.V. Marie «Fiduciæ*, 8.II.2013, AAS, 105 (2013), pp. 276-283.

——, *Litteræ Encyclicæ Deus Caritas Est*, AAS 97 (2005), pp. 217-252.

Homilias das Missas da Ceia do Senhor⁶⁹:

——, *Ad Missam Vespertinam in Cena Domini*, 09.IV.2009, AAS, 101 (2009), pp. 358-363.

——, *In eucharistica celebratione in Cena Domini*, 01.IV.2010, AAS, 102 (2010), pp. 235-239.

——, *Eucharistica occurrente celebratione in Cena Domini*, 21.IV.2011, AAS, 103 (2011), pp. 319-322.

Homilias das Missas Crismais⁷⁰:

⁶⁹Para facilitar ordenamos as homilias por data

⁷⁰Para facilitar ordenamos as homilias por data.

- , *Homilæ in Missa Chrismatis*, 13.IV.2006, AAS, 98 (2006), pp. 380-385.
- , *Homilæ in Missa Chrismatis*, 5.IV. 2007, AAS, 99 (2007), pp. 228-232.
- , *Homilæ in Missa Chrismatis Feriæ V Hebdomadae Sanctæ*, 20.IV.2008, AAS, 100 (2008), pp. 228-232.
- , *Homilæ in celebratione Missae Chrismatis*, 9.IV.2009, AAS, 101 (2009), pp. 353-358.
- , *Homilæ in Missa Chrismatis Feriæ V Hebdomadae Sanctæ*, 1.IV.2010, AAS, 102 (2010), pp. 230-235.
- , *Homilæ in Missa Chrismatis Feriæ V Hebdomadae Sanctæ*, 21.IV.2011, AAS 103 (2011), pp. 314-318.

Homilias das Ordenações⁷¹:

- , *In Patriarchali Basilica Vaticana die Pentecostes in Eucharistica celebratione cum presbyterorum ordinatione*, 15.V.2005, AAS 97 (2005), pp. 778-782.
- , *Homilæ in Ordinatione Presbyterali undetriginta diaconorum*, 27.IV.2008, AAS 100 (2008), pp. 267-271.
- , *Homilæ in celebratione Eucharistica IV Dominicae Paschae in qua sacerdotales ordinationes habentur*, 29.IV.2012, AAS, 104 (2012), pp. 422-425.

1.2 - De Joseph Ratzinger

BENTO XVI/JOSEPH RATZINGER, *Jesus de Nazaré*, A Esfera dos Livros, [2007]².

—, *Jesus de Nazaré. Da entrada em Jerusalém até à Ressurreição*, [Cascais], Princípia, [2011].

RATZINGER, JOSEPH, *Annunciatori della Parola e Servitori della vostra Gioia*, in *Opera Omnia*, 12, Vaticano, Libreria Editrice Vaticana, 2013.

—, *Teoría de los Principios Teológicos. Materiales para una teología fundamental*, Barcelona, Editorial Herder, 1985.

1.3 - De outro Magistério

CONCÍLIO VATICANO II, *Constitutio Dogmatica Lumen Gentium de Ecclesia*, AAS, 57 (1965), pp. 5-71.

—, *Constitutio de Sacra Liturgia Sacrosanctum Concilium*, AAS, 56 (1964), pp 97-138.

—, *Decretum Optatam Totius de Institutione Sacerdotali*, AAS, 58 (1966), pp. 713-727.

—, *Decretum Presbyterorum Ordinis de Presbyterorum Ministerio et Vita*, AAS, 58 (1966), pp. 991-1024.

⁷¹Para facilitar ordenamos as homilias por data.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *Directório para o Ministério e a vida dos Presbíteros*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, Editora Rei dos Livros.

DENZINGER, HEINRICH - HÜNERMANN, *El Magisterio de la Iglesia, Enchiridion Synbolorum Definitionum et Declarationum de Rebus Fidei et Morum*, Herder, [2000]².

JOÃO PAULO II, *Adhortatio Apostolica Postsynodalis Pastores Dabo Vobis*, AAS 84 (1992), pp. 657-804.

PIO XII, *Constitutio Apostolica Sacramentum Ordinis*, AAS 40 (1948), pp. 5-7.

—, *Litteræ Encyclicæ Mediator Dei*, AAS 39 (1947), pp. 521-600.

—, *Litteræ Encyclicæ Mystici Corporis*, AAS, 35, 1943, pp. 193-248.

2 - Outra literatura

ALDAZÁBAL, JOSÉ, *Dicionário Elementar de Liturgia*, [Prior Velho,] Paulinas, [2007], pp. 146-146.

AQUINO, TOMÁS DE, *Suma de Teología*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2001⁴.

ARANA, ANDRÉS IBÁÑEZ, «Levitico», in, OPORTO, SANTIAGO GUIJARRO - GARCIA, MIGUEL SALVADOR, *Comentario al Antiguo Testamento*, 1, La Casa de la Biblia, [1997]⁵.

BEASLEY-MURRAY, GEORGE R., *Word Biblical Commentary, John*, 36, Nashville - Dallas - Mexico City - Rio de Janeiro, Thomas Nelson, [2000]².

BOMBERGER, JOHN HENRY AUGUSTUS (ED.), *The Protestant Theological and Ecclesiastical Encyclopedia. Being a Condensed Translation of Herzog's Real Encyclopedia*, I, Philadelphia, Lindsay & Blakiston, 1860.

CARDEDAL, OLEGARIO GONZÁLES DE, *La Entraña del Cristianismo*, Salamanca, Secretariado Trinitario, [2001]³.

CORDEIRO, JOSÉ MANUEL, *O Padre. Do mistério ao ministério*, [Lisboa], Pedra Angular, [2009].

FARIAS, JOSÉ JACINTO FERREIRA DE, *O Ministério dos Bispos e dos Presbíteros. A Anamnese Sacramental da Apostolicidade da Igreja*, in SEMANA DE ESTUDOS TEOLÓGICOS, *Igreja e Ministérios*, Lisboa, Rei dos Livros, [1995], pp. 101 - 119.

FEUILLET, A., *Le Sacerdoce du Christ et de ses ministres. D'après la prière sacerdotale du quatrième évangile et plusieurs données parallèles du Nouveau Testament*, Paris, Editions de Paris, [1972].

HARTLEY, JOHN E., *Word Biblical Commentary, Leviticus*, 4, Nashville - Dallas - Mexico City - Rio de Janeiro - Beijing, Thomas Nelson, [1992].

HIPÓLITO DE ROMA, *Tradição Apostólica*, in, SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA, *Antologia Litúrgica. Textos litúrgicos, patrísticos e canónicos do primeiro milénio*, Fátima, Secretariado Nacional de Liturgia, [2003].

LYONNET, STANISLAS, «Expiación» in LÉON-DUFOUR, XAVIER, *Vocabulário de Teologia Bíblica*, Barcelona, Editorial Herder, 1985^[13], pp. 322-324.

MARTINS, NUNO BRÁS, *Presenças sacramentais de Cristo* in *Novellæ Olivarum. Revista do Seminário dos Olivais. Ano Sacerdotal*, IV, 39, 2009, pp. 17-35.

NEVES, JOAQUIM CARREIRA DAS, *Escritos de São João*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2004.

RAMOS, FELIPE FERNÁNDEZ *Evangelio segun San Juan*, in OPORTO, SANTIAGO GUIJARRO - GARCIA, MIGUEL SALVADOR, ED *Comentario al Nuovo Testamento*, PPC-Sigueme-Verbo Divino, [1995]⁷.

SAYDON, P.P., «Leviticus», in ORCHARD, BERNARD - STUCLIFFE, EDMUND F. - FULLER, REGINALD C. - RUSSEL, RALPH, *A Catholic Comentary on Holy Scripture*, London - Edinburgh - Paris - Johannesburg - Toronto - New York, Thomas Nelson and Sons Ltd, 1960, pp. 229-244.

SCHNACKENBURG, RUDOLF, *El Evangelio Según San Juan. Versión y Comentario*, III - *Capítulos 13-21*, Barcelona, Herder, 1980.

SNAITH, N. H., «Leviticus», in BLACK, MATTHEW, *Peake's Commentary on the Bible*, London - Edinburgh - Paris - Johannesburg - Toronto - New York, Thomas Nelson and Sons Ltd, 1962, 241-253.

STEIN, EDITH, *Escritos Espirituales*, FERMÍN, FRANCISCO JAVIER SANCHO (ed.), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2010.

TILBORG, SJEF VAN, *Comentario al Evangelio de Juan*, Estella (Navarra), Editorial Verbo Divino, 2005.

WOOD, SUSAN K., *El Sacramento del Orden. Una visión teológica desde la liturgia*, Barcelona, Centre de Pastoral Litúrgica, [2008].

Conteúdo

Siglas e Abreviaturas	i
Introdução	iii
1 A leitura de Jo 17 por Bento XVI	1
1.1 A Festa judaica da Expição como cenário de fundo da Oração Sacerdotal	3
1.1.1 O Dia da Expição	3
1.1.2 Jo 17 e o Dia da Expição	6
1.2 Quatro temas importantes de Jo 17	10
1.2.1 «Esta é a vida eterna»	10
1.2.2 «Consagra-os na Verdade»	13
1.2.3 «Dei-lhes a conhecer o teu nome»	20
1.2.4 «Que todos sejam um só»	22
1.3 Conclusões do primeiro capítulo	25
2 A Ordenação	26
2.1 O chamamento	26
2.1.1 Relação pessoal com Jesus Cristo	26
2.1.2 Eleição	30
2.2 O Rito de Ordenação	35
2.2.1 Sacramento	35
2.2.2 Estrutura	36
2.2.3 Eleição	37
2.2.4 Homilia	39
2.2.5 Promessas	39
2.2.6 Súplica Litânica	41
2.2.7 Imposição das mãos e Oração de Ordenação	41
2.2.8 Ritos Explicativos	50
2.3 Conclusões do segundo capítulo	55

3 In Persona Christi	57
3.1 Apontamento histórico-teológico	57
3.1.1 2Cor 2,10	57
3.1.2 S. Tomás de Aquino	58
3.1.3 <i>Mediator Dei</i>	60
3.1.4 Concílio Vaticano II	62
3.1.5 Pastores Dabo Vobis	65
3.2 Bento XVI	69
3.3 Presença de Cristo	70
Conclusão	74
Bibliografia	76